

PPA

2012 2015

Orientações
para Elaboração
do Plano Plurianual
2012 - 2015





**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS**

Orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2012 - 2015

Brasília, 8 de abril de 2011



Orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2012 - 2015

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
TELEFONE: 55 (61) 2020-4080
FAX: 55 (61) 2020-4498
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Orientações para elaboração do Plano Plurianual 2012-2015.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2011.

72p. : il. color.

1. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. I. Título.

CDU 338.26"2011"(081)

ÍNDICE

Apresentação	7
Introdução	9
Conceitos e Estrutura do PPA 2012–2015	10
1. Processo de Elaboração dos Programas do PPA 2012–2015	15
2. Elaboração dos Programas do PPA 2012–2015	16
2.1 Programas Temáticos	16
2.1.1 Atributos do Programa temático	17
I. CÓDIGO	17
II. TÍTULO	17
III. CONTEXTUALIZAÇÃO	18
IV. INDICADOR	18
V. VALOR GLOBAL	19
VI. VALOR DE REFERÊNCIA PARA A INDIVIDUALIZAÇÃO DE PROJETOS COMO INICIATIVAS	20
VII. OBJETIVO	21
ATRIBUTOS DOS OBJETIVOS	22
i. Código	22
ii. Enunciado	22
iii. Órgão Responsável	22
iv. Caracterização	23
v. Meta para 2015	24
vi. Regionalização	24
VIII. INICIATIVA	25
2.2 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	26
2.2.1 Atributos dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	26
I. CÓDIGO	26
II. TÍTULO	27
III. VALOR GLOBAL	27
Anexo A – Proposta do Conjunto de Programas Temáticos	29
Anexo B – Programação das Oficinas de Elaboração dos Programas Temáticos	31
Anexo C – Exemplos de Programas Temáticos	35



APRESENTAÇÃO

A estratégia de desenvolvimento que o Brasil adotou nos últimos oito anos, baseada principalmente no consumo de massa e na manutenção da estabilidade econômica, alinhada com políticas de inclusão social e a retomada dos investimentos em infraestrutura, trouxe à tona uma nova consciência de planejamento governamental, que busca não somente a eficiência do gasto público, mas também a eficácia e a efetividade da ação governamental, condizentes com os fundamentos e os objetivos da República declarados na Constituição Federal.

As mudanças introduzidas pelo Plano Plurianual (PPA) 2012–2015 pressupõem uma nova relação com os instrumentos da ação governamental e uma nova forma de comunicação com os atores envolvidos na implementação e com a sociedade.

O leitor encontrará neste documento a base conceitual do novo modelo e as orientações gerais para a formulação dos Programas Temáticos, dos Objetivos a eles associados, e dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.



INTRODUÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988. O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais da República. Além disso, organiza a ação de governo na busca de um melhor desempenho da Administração Pública.

O presente documento apresenta as orientações para a elaboração do PPA 2012–2015, que expressam a introdução de alterações significativas na estrutura adotada pelos últimos três planos plurianuais do Governo Federal. O sentido geral das mudanças é o da busca por um caráter mais estratégico para o Plano, criando condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas. Além disso, a nova estrutura define os espaços de atuação do Plano e do Orçamento, e qualifica a comunicação com a sociedade.

As categorias a partir das quais o Plano se organiza foram redesenhadas. O binômio “Programa-Ação”, que estruturava tanto os planos plurianuais como os orçamentos, dá lugar a Programas Temáticos¹, Objetivos e Iniciativas, tornando-se a Ação uma categoria exclusiva dos orçamentos. Com isso, define-se uma relação de complementaridade entre os instrumentos, sem prejuízo à integração. O Plano tem como foco a organização da ação de governo nos níveis estratégico e tático, e o Orçamento responde pela organização no nível operacional.

Busca-se, também, maior versatilidade das categorias a partir das quais o Plano é organizado. Isso possibilita a explicitação da diversidade dos arranjos empregados para a materialização das políticas públicas, como mecanismos de identificação, priorização e seleção de beneficiários e de organização das relações entre os entes federados e entre as esferas pública e privada. Outra consequência positiva dessa versatilidade é o estabelecimento de condições para um melhor tratamento da multissetorialidade que caracteriza diversas políticas, assim como da organização das mesmas a partir dos diferentes recortes territoriais possíveis.

A nova estrutura de Plano permite ainda comunicar à sociedade os principais objetivos de governo e suas respectivas metas de maneira mais simples e direta. Propicia o apri-

¹ O Plano contemplará também Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado que não contarão com as categorias Objetivos e Iniciativas.

ramento do diálogo com todos os entes federados, poderes do Estado e com os atores da sociedade.

A partir da nova estrutura proposta, a elaboração do PPA será orientada pelos seguintes princípios:

- participação social como importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão com vistas à efetividade das políticas públicas;
- incorporação da dimensão territorial na orientação da alocação dos investimentos;
- valorização do conhecimento sobre as políticas públicas na elaboração dos Programas Temáticos;
- foco na execução das políticas públicas, reforçando a necessidade de realizar as Iniciativas definidas no Plano;
- estabelecimento de parcerias com os estados, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade civil, visando à união de esforços para o alcance de objetivos comuns;
- foco na efetividade, entendida como desempenho quanto à transformação de uma realidade, que aponta mudanças socioeconômicas, ambientais ou institucionais necessárias e que deverão decorrer das políticas públicas;
- foco na eficácia, relacionada com a dimensão tática do Plano, entendida como a incorporação de novos valores às políticas públicas e a entrega de bens e serviços ao público correto, de forma adequada, no tempo e no lugar apropriados;
- aperfeiçoamento das diretrizes para uma alocação orçamentária mais eficiente e na priorização dos investimentos.

CONCEITOS E ESTRUTURA DO PPA 2012–2015

É papel do Plano, além de declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orientar taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos. Nesse sentido, o Plano estrutura-se nas seguintes dimensões:

- **Dimensão Estratégica:** é a orientação estratégica que tem como base os Macro-desafios e a visão de longo prazo do Governo Federal;
- **Dimensão Tática:** define caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e das transformações definidas na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada. Vincula os Programas Temáticos para consecução dos Objetivos assumidos, estes materializados pelas Iniciativas expressas no Plano;
- **Dimensão Operacional:** relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no Orçamento. Busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

O PPA 2012–2015 trata essas dimensões conforme ilustrado na Figura 1, com suas principais categorias, descritas na sequência.

Figura 1 - Dimensões do PPA 2012–2015.



Os **Macrodesafios** são diretrizes elaboradas com base no Programa de Governo e na Visão Estratégica que orientarão a formulação dos Programas do PPA 2012–2015.

Programas são instrumentos de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos.

O **Programa Temático** retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade. O Programa Temático se desdobra em Objetivos e Iniciativas.

O **Objetivo** expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, com desdobramento no território.

A **Iniciativa** declara as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras: ações institucionais e normativas, bem como da pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e da integração de políticas públicas.

Os **Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado** são instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos por meio de suas Iniciativas.





ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2012-2015



1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2012–2015

O Projeto de Lei do PPA 2012–2015, a ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto de 2011, pelo Poder Executivo, será elaborado com base em diretrizes oriundas do Programa de Governo. Dentre essas diretrizes, destaca-se a Visão Estratégica, que indica em termos gerais o País almejado em um horizonte de longo prazo e estabelece, ainda, os Macrodesafios para o alcance dessa nova realidade de País.

Com base nessas diretrizes, o PPA 2012–2015 será constituído de Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. A discussão desses Programas no âmbito do Governo Federal se dará entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e os ministérios executores das Políticas Públicas. O MP apresenta, no Anexo A deste documento, uma proposta sobre o conjunto de Programas Temáticos a partir da qual será promovido o diálogo com os ministérios para a pactuação da programação definitiva.

Para a elaboração de cada Programa Temático, o MP realizará duas oficinas que terão como objetivo apresentar o modelo, facilitar a troca de conhecimento e o diálogo sobre os Programas. Ao final da 2ª oficina, ter-se-ão o Programa Temático, os Objetivos, as Iniciativas e as Ações Orçamentárias.

Esse processo se inicia em uma oficina na qual o MP apresentará a metodologia de elaboração dos Programas e uma aplicação que será relativa ao Tema do Programa objeto da oficina. Portanto, as oficinas se organizam por Programas Temáticos propostos pelo MP. Delas participarão todos os ministérios responsáveis por um Objetivo.

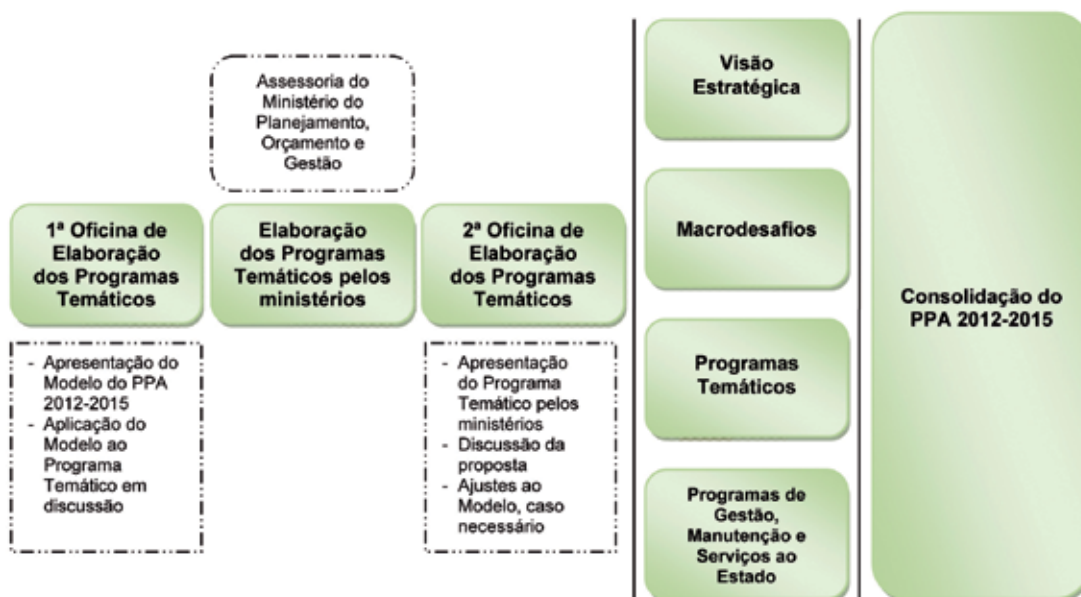
A proposta de Programa Temático será elaborada pelos ministérios no período entre a 1ª e a 2ª oficina, com assessoramento do MP. A proposta elaborada pelos ministérios deverá ser encaminhada ao MP com uma semana de antecedência à 2ª oficina. Nesta oficina, os ministérios responsáveis apresentarão as suas propostas, as quais serão discutidas com o MP e adequadas à metodologia do PPA 2012–2015, quando necessário. Para tanto, os Programas, os Objetivos, as Iniciativas e as Ações Orçamentárias deverão estar concluídos ao final da 2ª oficina, com a finalidade de iniciar a fase quantitativa. A programação das oficinas e seus cronogramas são apresentados no Anexo B deste documento².

Os ministérios responsáveis realizarão a inserção das propostas acordadas dos Programas Temáticos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). As orientações da captação no sistema da etapa quantitativa dos programas e das ações serão repassadas na 2ª oficina.

Os Programas Temáticos e seus atributos serão consolidados pelo MP com as demais partes integrantes do PPA 2012–2015. Aos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, será dado tratamento específico, posteriormente detalhado. A Figura 2 ilustra o processo de elaboração aqui descrito.

² Para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, haverá uma dinâmica específica de elaboração dos Programas.

Figura 2 - Organização da elaboração dos Programas Temáticos do PPA 2012–2015.



2. ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2012–2015

Na sequência, são apresentados conceitos e exemplos para auxiliar no processo de elaboração dos Programas Temáticos e dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

2.1 PROGRAMAS TEMÁTICOS

Para a construção de um Programa Temático, faz-se necessário a compreensão da lógica de organização estabelecida para a atuação do Governo Federal, a qual se dá pelos Macrodesafios. A cada Macrodesafio será associado um conjunto de Programas Temáticos.

PROGRAMA TEMÁTICO

CONCEITO:

O Programa Temático retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multisectorialidades e a territorialidade. O Programa Temático se desdobra em Objetivos e Iniciativas.

O Programa Temático articula um conjunto de Objetivos afins, permite uma agregação de iniciativas governamentais mais aderentes à gestão pública e, desse modo, aprimora a coordenação das ações de governo. Além disso, incorpora os desafios governamentais e justifica a ação do governo por meio de ações consideradas determinantes para o desen-

volvimento do País. Portanto, deve ser analisado em sua integralidade e complexidade, bem como nas interfaces com outros Programas.

Exemplos:

Programa Temático – Energia Elétrica

Programa Temático – Agricultura Irrigada

Programa Temático – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

2.1.1 ATRIBUTOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático é constituído pelos seguintes atributos (Quadro 1):

Quadro 1 - Atributos do Programa Temático.

- | | |
|--------------|---|
| I. | CÓDIGO |
| II. | TÍTULO |
| III. | CONTEXTUALIZAÇÃO |
| IV. | INDICADORES |
| V. | VALOR GLOBAL |
| VI. | VALOR DE REFERÊNCIA PARA A INDIVIDUALIZAÇÃO DE PROJETOS COMO INICIATIVAS |
| VII. | OBJETIVOS |
| i. | Código |
| ii. | Enunciado |
| iii. | Órgão Responsável |
| iv. | Caracterização |
| v. | Meta para 2015 |
| vi. | Regionalização |
| VIII. | INICIATIVAS |

I. CÓDIGO

Sistema de convenção adotado para organização e representação do programa. O mesmo código é utilizado no PPA e no Orçamento Federal. O código será gerado automaticamente pelo SIOP.

II. TÍTULO

Expressa o tema a ser tratado. Portanto, sua conformação deve levar em conta um campo construído a partir de uma racionalidade pela qual o governo, a sociedade, a academia e outros atores relevantes reconheçam como uma área de atuação pública.

Exemplos:

Programa Temático – Energia Elétrica

Programa Temático – Agricultura Irrigada

Programa Temático – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

III. CONTEXTUALIZAÇÃO

A contextualização do Programa Temático abordará os seguintes aspectos:

- uma interpretação completa e objetiva da temática tratada;
- as oportunidades e os desafios associados;
- os contornos regionais que a política pública deverá assumir;
- as transformações que se deseja realizar;
- os desafios que devem ser considerados pelos Objetivos.

Quando pertinente, o texto³ conterá gráficos e tabelas com a síntese das informações e mapas que permitam a análise temática no território. Se disponíveis, a contextualização deve também fazer referência a planejamentos setoriais.

Exemplo:

Vide exemplos de Programas Temáticos completos no Anexo C.

IV. INDICADOR

O Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir aspectos relacionados a um Programa Temático. Apurado periodicamente, auxilia o monitoramento da evolução de uma determinada realidade, gerando subsídios para a avaliação. O Indicador será composto dos seguintes atributos:

- **Denominação:** forma pela qual o Indicador será apresentado à sociedade;
- **Fonte:** órgão responsável pelo registro ou produção das informações necessárias para a apuração do Indicador e divulgação periódica dos índices;
- **Unidade de Medida:** padrão escolhido para mensuração da relação adotada como Indicador;
- **Índice de Referência:** situação mais recente da política e sua respectiva data de apuração. Consiste na aferição de um indicador em um dado momento, mensurado com a unidade de medida escolhida.

³ O texto da Contextualização deve variar entre 2 e 5 páginas, considerando letra Arial 11, espaçamento entre linhas 1,5, margens superior e esquerda com 3 cm e margens inferior e direita com 2 cm.

Exemplo:**Programa Temático - Energia Elétrica**

INDICADORES Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de universalização do acesso à energia elétrica. Fonte: IBGE	% de domicílios	2009	98,91
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica. Fonte: ANEEL	%		
Hidráulica		Jan/2011	65,53
Biomassa		Jan/2011	6,42
Eólica		Jan/2011	0,75
Urânio		Jan/2011	1,63
Gás		Jan/2011	10,57
Carvão Mineral		Jan/2011	1,58
Petróleo		Jan/2011	5,71

V. VALOR GLOBAL

Indica uma estimativa dos recursos necessários à consecução dos Objetivos relacionados ao tema no período do Plano. O PPA indicará o valor para o ano de 2012 e o consolidado para o período restante (2013 a 2015).

O Valor Global dos Programas Temáticos será especificado por esferas orçamentárias, com as respectivas categorias econômicas, e por outras fontes, que serão indicadas na captação quantitativa, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação do Valor Global dos Programas Temáticos.

- **ESFERAS ORÇAMENTÁRIAS**

- ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

- CATEGORIAS ECONÔMICAS**

- DESPESAS CORRENTES**

- DESPESAS DE CAPITAL**

- ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS**

- **OUTRAS FONTES**

Exemplo:**Programa Temático - Energia Elétrica⁴**

	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	30.000	70.000
Despesas Correntes	--	--
Despesas de Capital	30.000	70.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	5.300.000	12.000.000
Outras Fontes	29.600.000	40.000.000
Valor Global	87.000.000	

VI. VALOR DE REFERÊNCIA PARA A INDIVIDUALIZAÇÃO DE PROJETOS COMO INICIATIVAS

Valores estipulados por Programa Temático e a partir dos quais os projetos⁵ serão individualizados no PPA como Iniciativas. Esses valores serão definidos pelo MP em conjunto com os ministérios afetos ao Programa Temático e devem permitir:

- identificar os projetos de maior relevância para cada Programa Temático;
- contribuir para o monitoramento, avaliação e gestão do Plano.

O valor de referência para individualização de projetos como Iniciativas será especificado por esferas orçamentárias e outras fontes, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Classificação do Valor de Referência para Individualização de Projetos como Iniciativas.**• ESFERAS ORÇAMENTÁRIAS****ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL****ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS****• OUTRAS FONTES****Exemplo:****Programa Temático - Energia Elétrica⁶**

	Valor de Referência para Individualização de Projetos como Iniciativas (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	30.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	1.000.000
Outras Fontes	1.000.000

4 Os valores apresentados são exemplificativos.

5 Entende-se projeto em sentido lato e não aquele aplicado à ação orçamentária.

6 Os valores apresentados são exemplificativos.

ATENÇÃO!

O Valor de Referência para Individualização de Projetos como Iniciativas deve ser capaz de traduzir a relevância dos projetos do Programa Temático de forma a explicitá-los no PPA.

Os projetos que apresentarem valor total, independentemente do período do Plano, igual ou superior ao valor de referência serão destacados no Plano como Iniciativas.

Os demais projetos, com valor inferior a esse corte, deverão estar vinculados a outras Iniciativas de forma agregada.

VII. OBJETIVO**CONCEITO:**

O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, com desdobramento no território.

Cada Programa Temático é composto por um ou mais Objetivos que devem expressar as escolhas do governo para a implementação de determinada política pública. Espera-se, com esse conceito, que o Objetivo não seja apenas uma declaração descomprometida com as soluções. Relacionar o planejar ao fazer significa, justamente, entregar um Plano que ofereça elementos capazes de subsidiar a implementação das políticas com vistas a orientar a ação governamental.

O Objetivo apresenta as seguintes características:

- define a escolha para a implementação da política pública desejada, levando em conta aspectos políticos, sociais, econômicos, institucionais, tecnológicos, legais e ambientais. Para tanto, a elaboração do Objetivo requer o conhecimento aprofundado do respectivo tema, bem como do contexto em que as políticas públicas a ele relacionadas são desenvolvidas;
- orienta taticamente a ação do Estado no intuito de garantir a entrega à sociedade dos bens e serviços necessários para o alcance das metas estipuladas. Tal orientação passa por uma declaração objetiva, por uma caracterização sucinta, porém completa, e pelo tratamento no território, considerando suas especificidades;
- expressa um resultado transformador da situação atual em que se encontra um determinado tema;
- é exequível. O Objetivo deve estabelecer metas factíveis e realistas para o governo e a sociedade no período de vigência do Plano, considerando a conjuntura econômica, política e social existente. Pretende-se, com isso, evitar declarações genéricas que não representem desafios, bem como a assunção de compromissos inatingíveis;

- define Iniciativas. O Objetivo define Iniciativas que declaram aquilo que deve ser ofertado na forma de bens e serviços ou pela incorporação de novos valores à política pública, considerando como organizar os agentes e os instrumentos que a materializam;
- declara as informações necessárias para a eficácia da ação governamental (o que fazer, como fazer, em qual lugar, quando), além de indicar os impactos esperados na sociedade (para quê).

ATRIBUTOS DOS OBJETIVOS

i. Código

Sistema de convenção adotado para organização e representação dos Objetivos no programa temático. O código será gerado automaticamente pelo SIOP.

ii. Enunciado

O Enunciado do Objetivo deve comunicar à sociedade as escolhas de governo, orientando taticamente a ação governamental e refletindo as situações a serem alteradas pela concreta distribuição de bens e serviços e pelo desenvolvimento de novos valores de políticas públicas.

Exemplos:

Programa Temático: Energia Elétrica

Objetivo 0001 – Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica, de forma a ofertar grande quantidade de energia elétrica a baixos preços.

Programa Temático: Agricultura Irrigada

Objetivo 0003 – Promover Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para Agricultura Irrigada e difundir a tecnologia, por intermédio de uma rede formada pelas instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, para otimização do uso do solo e da água e aumento da produtividade.

Programa Temático: Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Objetivo 0001 – Expandir e qualificar a Rede de Urgências e Emergências, induzindo a cobertura de vazios assistenciais, com apoio à implantação e manutenção das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), das Salas de Estabilização (SE) e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

iii. Órgão Responsável

Cada Objetivo terá como responsável pela sua coordenação um ministério, cujas atividades impactam de maneira mais contundente a implementação do Objetivo.

Exemplo:**Programa Temático Energia Elétrica**

Objetivo 0001 – Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica, de forma a ofertar grande quantidade de energia elétrica a baixos preços.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

iv. Caracterização

Expressa os elementos de ordem tática que devem nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública por parte de seus executores, evidenciando a caracterização da realidade posta para o Objetivo (linha de base para a meta). Nesse sentido, serão detalhados o escopo (o quê fazer, como fazer, em qual lugar, quando) e as informações relevantes para o Objetivo, tais como aspectos legais, territoriais, tecnológicos, ambientais, de gestão e de financiamento.

Exemplo:**Programa Temático Energia Elétrica**

Objetivo 0001 – Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica, de forma a ofertar grande quantidade de energia elétrica a baixos preços.

Caracterização

A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil e isso advém, especialmente, da grande disponibilidade hídrica e das características dos rios do País, que resultam em um grande potencial energético. Em janeiro de 2011, a capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica era de 80.656 MW, representando 32,1% de um potencial total de 251.490 MW, de acordo com o Atlas de Energia do Brasil, 3ª edição. Esse potencial se distribui nas Regiões Hidrográficas Brasileiras da seguinte forma:

Região Hidrográfica	Potencial (MW)	Região Hidrográfica	Potencial (MW)
Amazonas	106.149	Atlântico Sul	5.437
Paraná	57.801	Atlântico Leste	4.087
Tocantins / Araguaia	28.035	Paraguai	3.102
São Francisco	17.757	Parnaíba	1.044
Atlântico Sudeste	14.728	Atlântico NE Ocidental	376
Uruguai	12.816	Atlântico NE Oriental	158

As usinas hidrelétricas (UHEs) disponibilizam grandes quantidades de energia a baixos preços, contribuindo para a modicidade tarifária, e ainda apresentam a vantagem de utilizar uma fonte limpa e renovável. Contudo, devido a seus impactos socioambientais locais, vários desafios cercam a construção de UHEs. Nesse sentido, os empreendimentos hidrelétricos devem zelar pela maximização de seus benefícios e pela minimização de seus impactos negativos.

Já as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) constituem fontes alternativas de energia que geram quantidades menores de energia, porém com impactos também reduzidos. Seu maior benefício está na estabilização da energia em pontas do sistema e, por isso, também devem ser incentivadas.

v. Meta para 2015

É uma medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa, a depender das especificidades de cada caso. Quando qualitativa, a meta também deverá ser passível de avaliação. Cada Objetivo deverá ter uma ou mais metas associadas.

Exemplo:

Programa Temático Energia Elétrica

Objetivo 0001 – Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica, de forma a ofertar grande quantidade de energia elétrica a baixos preços.

Meta associada ao Objetivo 0001⁷

Meta 2012-2015	Adicionar 10.600MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)
-----------------------	---

vi. Regionalização

Fornece informações relacionadas à distribuição das metas estipuladas para o Objetivo no território. Pode ser também expressão regional do quadro atual a ser modificado pelo Objetivo. A regionalização será expressa em macrorregiões, estados ou municípios. Em casos específicos, poderão ser aplicados recortes mais adequados para o tratamento de determinadas políticas públicas, tais como região hidrográfica, bioma, territórios de identidade e área de relevante interesse mineral.

Exemplo:

Programa Temático Energia Elétrica

Objetivo 0001 – Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica, de forma a ofertar grande quantidade de energia elétrica a baixos preços.

Regionalização⁸

Regionalização da Meta	Total
Norte	7.721 MW
Nordeste	1.346 MW
Centro-Oeste	485 MW
Sudeste	190 MW
Sul	858 MW

⁷ Os valores da Meta são exemplificativos.

⁸ Os valores regionalizados da Meta são exemplificativos.

Objetivo 0005 Planejar o atendimento das demandas futuras por meio da realização de estudos de potencial e de viabilidade e de projetos de engenharia de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes hídrica, eólica, nuclear, biomassa e gás natural

Regionalização da Meta	Total
Região Hidrográfica Amazônica	Realização do Inventário de 9 rios Realização do Estudo de Viabilidade de 24 UHEs
Região Hidrográfica Paraná	Realização do Inventário de 1 rio Realização do Estudo de Viabilidade de 3 UHEs
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	Realização do Inventário de 2 rios Realização do Estudo de Viabilidade de 1 UHE

VIII. INICIATIVA

CONCEITO:

A Iniciativa declara as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras: ações institucionais e normativas, bem como da pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e da integração de políticas públicas.

A Iniciativa é um atributo do Programa Temático que norteia a atuação governamental e estabelece um elo entre o Plano e o Orçamento. As ações orçamentárias são criadas a partir das Iniciativas. Para cada Iniciativa podem corresponder uma ou mais ações orçamentárias. Da mesma forma, pode haver mais de uma Iniciativa por Objetivo.

A Iniciativa não se restringe a ações orçamentárias. É possível que o financiamento se dê por outras fontes. Além das formas de financiamento, as Iniciativas consideram também como as políticas organizam os agentes e instrumentos que a materializam (dimensão associada à gestão, relação federativa, relação público-privada, critérios de adesão, condicionantes, prioridades, mecanismos de seleção e identificação).

ATENÇÃO!

A Iniciativa se associa a duas dimensões:

- as fontes de financiamento
 - orçamento
 - outras fontes
- as formas de gestão e implementação.

Exemplos:**Programa Temático Energia Elétrica**

Objetivo 0001 – Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica, de forma a ofertar grande quantidade de energia elétrica a baixos preços.

Iniciativas

Implantação de Usinas Hidrelétricas

Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas

Implantação de Centrais Geradoras Hidrelétricas

Implantação da Usina Hidrelétrica Jirau ⁹

Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio

Implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte

Exemplos completos de Objetivos e seus atributos podem ser encontrados no Anexo C deste documento.

2.2 PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO**CONCEITO:**

Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado são instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos por meio de suas Iniciativas.

Com o intuito de subsidiar a alocação orçamentária, o PPA estimará o valor dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado para o período 2012–2015. Contudo, a exemplo dos Programas Temáticos, as ações relacionadas serão detalhadas somente na Lei Orçamentária (LOA). Cada órgão terá um programa dessa natureza. Exemplos: Programa de Gestão e Manutenção da Saúde, da Educação, das Comunicações, entre outros.

Assim como o Programa Temático, o Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado somente será incluído, excluído e modificado por lei de alteração do PPA. Ressalta-se que esses programas não possuem Objetivos e Iniciativas. Para efeito de cadastro no Plano, eles possuirão os atributos apresentados a seguir.

2.2.1 ATRIBUTOS DOS PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO**I. CÓDIGO**

Sistema de convenção adotado para organização e representação do programa. O mesmo código é utilizado no PPA e no Orçamento Federal. O código será gerado automaticamente pelo SIOP.

⁹ Exemplo de projeto que apresenta custo total superior ao Valor de Referência para Individualização de Projetos como Iniciativas do Programa Temático Energia Elétrica.

II. TÍTULO

Receberá o nome de Programa de Gestão e Manutenção do órgão.

Exemplos:

Programa de Gestão e Manutenção da Saúde

Programa de Gestão e Manutenção da Educação

Programa de Gestão e Manutenção das Comunicações

III. VALOR GLOBAL

Indica uma estimativa dos recursos necessários ao apoio, à gestão e à manutenção da ação governamental no período do Plano. O PPA indicará o valor para o ano de 2012 e o consolidado para o período restante (2013 a 2015).

O Valor Global dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado será especificado por esferas orçamentárias, com as respectivas categorias econômicas, e por outras fontes, que serão indicadas na captação quantitativa, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 - Classificação do Valor Global dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

• **ESFERAS ORÇAMENTÁRIAS**

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CATEGORIAS ECONÔMICAS

DESPESAS CORRENTES

DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

• **OUTRAS FONTES**

Exemplo:**Programa de Gestão e Manutenção XXXXX**

	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	XXX	XXX
Despesas Correntes	XXX	XXX
Despesas de Capital	XXX	XXX
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	XXX	XXX
Outras Fontes	XXX	XXX
Valor Global	XXX	



ANEXOS

ANEXO A PROPOSTA DO CONJUNTO DE PROGRAMAS TEMÁTICOS

ANEXO A – PROPOSTA DO CONJUNTO DE PROGRAMAS TEMÁTICOS

- Agricultura de Médio e Grande Porte
- Agricultura Familiar
- Agricultura Irrigada
- Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Aquicultura e Pesca
- Assistência Social
- Biodiversidade
- Bolsa Família
- Ciência, Tecnologia e Inovação
- Combustíveis
- Comércio Exterior
- Conservação e Gestão de Recursos Hídricos
- Controle do Desmatamento
- Defesa Agropecuária
- Defesa Nacional
- Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável
- Educação Básica
- Educação Profissional e Tecnológica
- Educação Superior
- Energia Elétrica
- Enfrentamento ao Crack e a outras Drogas
- Esportes e Grandes Eventos Esportivos
- Gestão de Riscos e Resposta a Desastres
- Habitação
- Igualdade de Gênero
- Igualdade Racial
- Inclusão Digital
- Infraestrutura de Comunicações
- Integração Regional Sul-Americana
- Justiça
- Juventude
- Licenciamento Socioambiental
- Mercado de Trabalho
- Minerais Estratégicos
- Mobilidade Urbana
- Mudanças Climáticas
- Oferta de Água
- Petróleo e Gás
- Planejamento Urbano
- Política de Desenvolvimento Produtivo
- Política Espacial
- Política Externa
- Política Nuclear
- Previdência Social
- Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes
- Promoção dos Direitos Humanos
- Promoção e Acesso à Cultura
- Promoção e Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas
- Reforma Agrária
- Reparação e Proteção dos Direitos Humanos
- Resíduos Sólidos
- Saneamento
- Segurança Alimentar e Nutricional
- Segurança Pública
- Transporte Aéreo
- Transporte Ferroviário
- Transporte Hidroviário
- Transporte Marítimo
- Transporte Rodoviário
- Turismo

ANEXO B

PROGRAMAÇÃO DAS OFICINAS DE ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

ANEXO B – PROGRAMAÇÃO DAS OFICINAS DE ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

Para a elaboração de cada Programa Temático, o MP realizará duas oficinas que terão como objetivo apresentar o modelo, facilitar a troca de conhecimento e o diálogo sobre os Programas. Ao final das oficinas, ter-se-ão o Programa Temático, os Objetivos, as Iniciativas e as Ações Orçamentárias. Deverão participar das oficinas os dirigentes das áreas de planejamento dos ministérios executores e representantes das áreas finalísticas que possam responder pela formatação final dos Programas Temáticos. Por isso, é fundamental o conhecimento das políticas públicas a serem discutidas.

1ª OFICINA DE PLANEJAMENTO

Pretende-se com essa oficina expor o modelo de elaboração do PPA 2012–2015 com suas principais premissas. Apresentar-se-á também o conceito de todos os componentes de um Programa Temático e, de forma mais detalhada, dos Objetivos.

Nesse momento, será exposta a proposta do Programa Temático elaborada pelo MP e enviada previamente aos participantes. A 1ª oficina inicia, portanto, a discussão sobre os Programas Temáticos e seus Objetivos que constarão no PPA 2012–2015. Cabe ressaltar que o debate não se encerra nessa etapa, já que a proposta do MP é preliminar. O Quadro A 1 traz, de modo condensado, a programação dessa oficina.

Quadro A 1 - Programação da 1ª Oficina

Horário	Etapa	Responsável
08:00 – 10:00	Apresentação do novo modelo	MP
10:00 – 10:20	Intervalo	
10:20 – 12:00	Aplicação do novo modelo	MP
12:00 – 14:00	Almoço	Por conta de cada participante
14:00 – 15:40	Esclarecimento sobre o novo modelo e debate de conteúdo	MP e equipe dos ministérios
15:40 – 16:00	Intervalo	
16:00 – 17:30	Esclarecimento sobre o novo modelo e debate de conteúdo	MP e equipe dos ministérios
17:30 – 18:00	Encaminhamentos	MP

ASSESSORIA MP

O intervalo entre 1ª e a 2ª oficina será de aproximadamente quatro semanas. O ministério executor terá aproximadamente três semanas para análise, adequação e envio da sua proposta de Programa Temático e considerações. As propostas completas dos Programas Temáticos deverão ser enviadas ao MP com antecedência mínima de uma semana à 2ª oficina.

Nesse período, sempre que necessário, os ministérios interessados poderão solicitar reuniões com as equipes do MP para sanar dúvidas pertinentes ao modelo do PPA 2012–2015 e para discutir o conteúdo da Política.

2ª OFICINA DE PLANEJAMENTO

Nessa oportunidade, será apresentada ao MP a proposta de Programa Temático já enviada previamente pelo ministério executor. Entende-se que a proposta deverá incorporar as

premissas do PPA 2012–2015. Nessa fase haverá ainda a adequação dessa proposta ao novo modelo do Plano e a definição das ações orçamentárias relacionadas aos Programas Temáticos.

Ao final, os participantes dessa oficina concluirão os trabalhos apresentando a proposta conjunta de Programa Temático para o PPA 2012–2015. O Quadro A 2 traz, de modo condensado, a programação dessa etapa.

Quadro A 2 - Programação da 2ª Oficina.

Horário	Etapa	Responsável
08:00 – 10:30	Apresentação da proposta ministerial	Equipe indicada pela Secretaria Executiva dos ministérios
10:30 – 10:50	Intervalo	
10:50 – 12:00	Discussão da proposta ministerial	MP e equipe dos ministérios
12:00 – 14:00	Almoço	Por conta de cada participante
14:00 – 16:00	Discussão da proposta ministerial	MP e equipe dos ministérios
16:00 – 16:20	Intervalo	
16:20 – 18:00	Conclusão do programa do PPA 2012–2015	MP e equipe dos ministérios
17:30 – 18:00	Encerramento	MP

CONSOLIDAÇÃO DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

A consolidação da proposta de Programa Temático será de responsabilidade do MP. Para tanto serão considerados os seguintes aspectos: a compatibilidade da proposta com o novo modelo de PPA, os macrodesafios e a visão estratégica.

CRONOGRAMA E PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

A elaboração dos Programas Temáticos do PPA 2012–2015 seguirá a programação exposta no Quadro A 3:

Quadro A 3 - Cronograma e processo de elaboração do Plano

Etapa	Abril	Maio	Junho
1ª Oficina de planejamento	14	12	
2ª Oficina de planejamento		16	9
Consolidação da proposta		13	30

* ano de 2011





ANEXO C EXEMPLOS DE PROGRAMAS TEMÁTICOS

ANEXO C – EXEMPLOS DE PROGRAMAS TEMÁTICOS

Programa XXXX Energia Elétrica

Contextualização

O Brasil, que deverá, junto com outros países emergentes, liderar o crescimento mundial, precisará ampliar sua oferta interna de energia elétrica. Em janeiro de 2011 o país possuía um total de 2.339 empreendimentos de geração de energia elétrica em operação, com 113.239.795 kW de potência, e aproximadamente 100.000 km de linhas de transmissão no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Considerando os cenários macroeconômicos de referência (economia nacional e internacional), as projeções demográficas (população e número de domicílios) e as premissas setoriais (expansão das atividades residenciais e industriais, meio ambiente e eficiência energética), o Plano Decenal de Energia (PDE) 2010-2019 projeta a expansão do consumo total de eletricidade (incluindo a autoprodução), para um crescimento médio do PIB de 5,1% a.a., de 455,2 TWh em 2010 para 561,8 TWh em 2014 e 712,0 TWh em 2019, como pode ser verificado na tabela que segue.

Brasil: Elasticidade-renda do consumo de energia elétrica			
Ano	Consumo ⁽¹⁾ (TWh)	PIB (10 ⁹ R\$ 2008)	Intensidade (kWh/R\$ 2008)
2010	455,2	3.201	0,142
2014	561,8	3.891	0,144
2019	712,0	4.966	0,143
Período	Variação (% a.a.)*	Variação (% a.a.)*	Elasticidade
2010-2014	5,8	5,2	1,11
2015-2019	4,9	5,0	0,97
2010-2019	5,3	5,1	1,04

Notas: (1) Os valores de consumo incluem autoprodução.

* Variações médias anuais nos períodos indicados, a partir de 2009 e 2014.

Fonte: EPE

Com base nas projeções da carga de energia e nos fatores de carga, por sistema e subsistema interligados, o PDE 2010-2019 projeta a carga de demanda máxima instantânea para 88.034 MW em 2014 e 109.385 MW em 2019. A tabela seguinte apresenta a carga de demanda instantânea por subsistema, pois as demandas máximas dos subsistemas não são simultâneas e a demanda máxima resultante da agregação dos subsistemas em um único sistema é geralmente inferior à soma das demandas máximas individuais. Para obter a demanda agregada dos sistemas interligados, utilizam-se, no cálculo, os chamados fatores de diversidade, que incorporam o efeito da não simultaneidade da ponta dos diferentes subsistemas.

SIN e subsistemas: Carga de demanda instantânea (MW)							
Ano	Subsistema				Sistema		SIN
	Norte	Nordeste	Sudeste/CO	Sul	N/NE	S/SE/CO	
2010	4.590	10.525	44.719	12.655	14.902	57.151	71.260
2014	7.474	12.826	54.463	15.013	20.024	69.209	88.034
2019	9.946	16.274	66.815	18.484	25.865	84.971	109.385
Variação (% ao ano)							
2010-2014	12,1	5,2	5,9	4,1	7,3	6,0	6,3
2015-2019	5,9	4,9	4,2	4,2	5,3	4,2	4,4
2010-2019	8,9	5,0	5,1	4,2	6,3	5,1	5,4

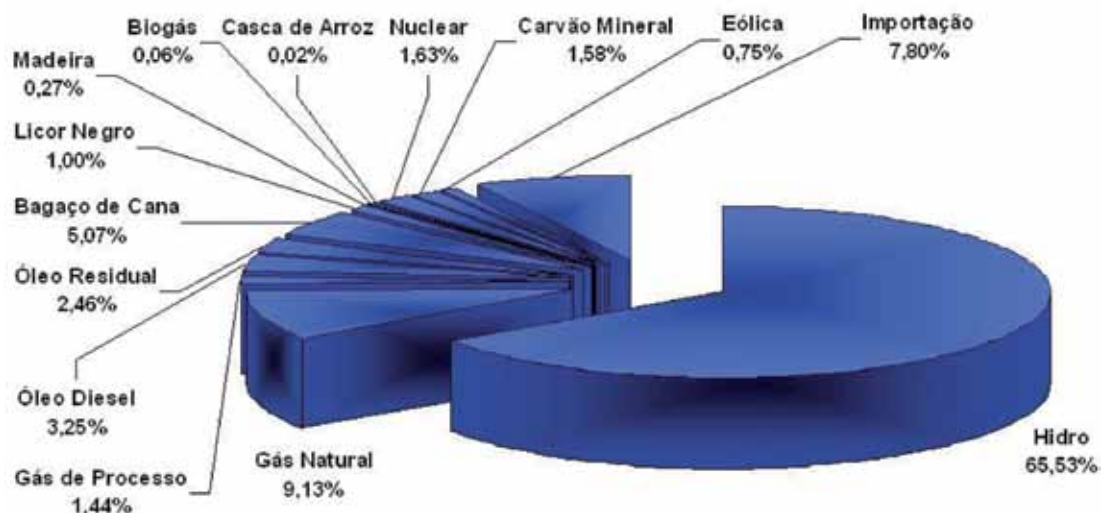
Notas: Foi considerada a interligação dos sistemas isolados Acre/Rondônia ao subsistema Sudeste/CO a partir de novembro de 2009, e a interligação dos sistemas isolados Manaus/Macapá/margem esquerda do Amazonas ao subsistema Norte a partir de novembro de 2011.

* Variação média anual no período indicado, a partir de 2009.

Fonte: EPE

Uma importante escolha do setor diz respeito a quais fontes priorizar para atender ao crescimento do consumo de energia elétrica e, para tanto, faz-se necessário considerar questões como a disponibilidade da fonte primária, os impactos socioambientais, o custo da energia e o domínio tecnológico dos processos. Sendo o Brasil um país que dispõe de grande potencial de fontes renováveis, estas devem ser consideradas como candidatas prioritárias no plano de expansão da geração de energia elétrica. Esta escolha se faz ainda mais oportuna na medida em que as fontes renováveis vêm apresentando custos de geração de energia bastante competitivos, com destaque para os resultados apresentados pela energia eólica nos últimos leilões de 2010.

Em janeiro de 2011 a matriz elétrica brasileira apresentava a seguinte configuração:



Matriz elétrica brasileira em janeiro de 2011

Fonte: Banco de Informações de Geração, ANEEL

A expansão da transmissão deve ser estabelecida de forma robusta o suficiente para que os agentes de mercado tenham livre acesso à rede, possibilitando um ambiente propício para a competição na geração e na comercialização de energia elétrica. A tabela a seguir apresenta as projeções de expansão do SIN e a figura apresenta a configuração do SIN

para 2012. Dois pontos merecem ser evidenciados quanto à transmissão: o SIN necessita estar adequado aos fluxos de energia, para atender aos intercâmbios inter-regionais, e as expansões do SIN devem integrar todos os estados brasileiros e os novos empreendimentos de geração de energia elétrica.

SIN: estimativa da evolução física do sistema de transmissão – linhas de transmissão (km)							
Tensão	750 kV	±600 kV	500 kV	440 kV	345 kV	230 kV	Total
Existente em 2009	2.698	1.612	33.507	6.791	9.394	41.580	95.582
Evolução 2010-2019	–	9.350	16.146	17	538	10.746	36.797
Estimativa 2019	2.698	10.962	49.653	6.808	9.932	52.326	132.379

Fonte: EPE

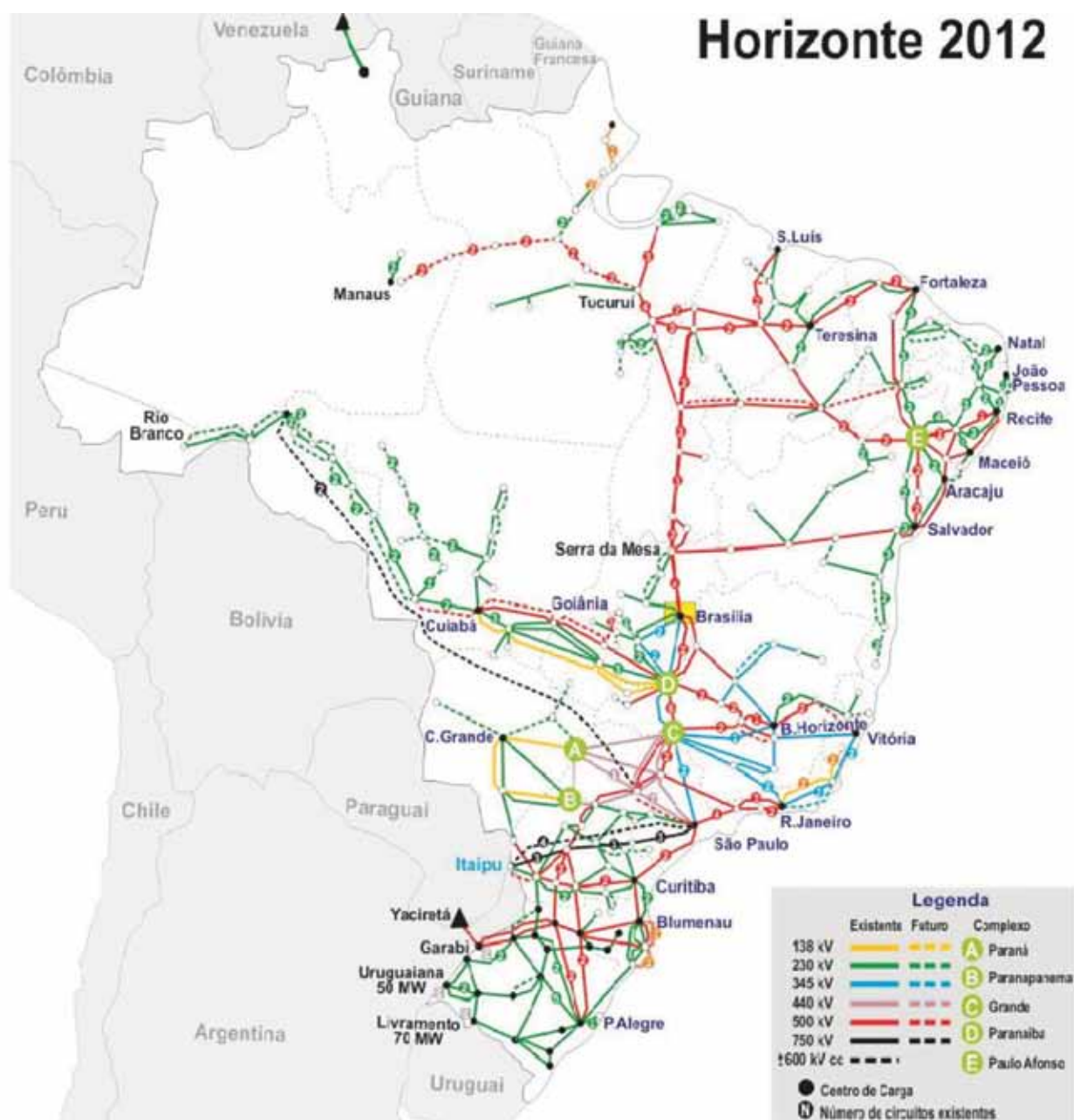


Diagrama do Sistema Interligado Nacional (SIN), Horizonte 2012

Fonte: PDE 2010-2019, MME/EPE

Em termos de acesso à energia elétrica, em 2009, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 98,91% dos domicílios brasileiros possuíam acesso à iluminação elétrica. O serviço chega a 99,85% dos domicílios urbanos e a 93,57% dos domicílios rurais. Expandir o acesso à energia elétrica na área rural contribui não só para a qualidade de vida dessa população como, também, para a adoção de novas técnicas produtivas dependentes da eletricidade. Tanto a universalização do acesso quanto o acesso seguro devem estar em pauta. Ligações clandestinas colocam em risco a segurança dos usuários, a segurança do sistema e oneram os usuários regulares. De acordo com a Secretaria de Energia Elétrica, o percentual médio brasileiro de perdas não-técnicas chega a 6,7%, referente ao 2º ciclo de Revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica (2007-2010).

A evolução tecnológica revelou que o mesmo “serviço de energia” (iluminação, força motriz, aquecimento, condicionamento ambiental, equipamentos eletro-eletrônicos, etc.) poderia ser proporcionado com menor consumo de energia, repercutindo econômica, ambiental, social e culturalmente. A utilização de equipamentos mais eficientes no consumo de energia elétrica, além de proporcionar redução de custo aos usuários, reduz a pressão sobre a expansão da geração, da transmissão e da distribuição de eletricidade. A tabela a seguir apresenta as metas de conservação de energia elétrica publicadas no PDE 2010-2019.

Consumo de eletricidade			
Consumo ¹	2010	2014	2019
Consumo – sem conservação [GWh]	457.860	572.278	735.299
Energia conservada [GWh]	2.671	10.508	23.324
Energia conservada [%]	0,6	1,8	3,2
Consumo – com conservação [GWh]	455.189	561.770	711.975

(1) Inclui autoprodução.

Fonte: EPE

INDICADORES Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora. (Fonte: ANEEL)	Horas	2009	18,78
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (Fonte: ANEEL)	Nº de interrupções	2009	11,66
Taxa de universalização do acesso à energia elétrica (Fonte: IBGE)	% de domicílios	2009	98,91
Taxa de aproveitamento do potencial eólico brasileiro (Fonte: ANEEL)	%	Jan/2011	1,02
Taxa de aproveitamento do potencial hidráulico brasileiro (Fonte: ANEEL)	%	Jan/2011	32,1
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica (Fonte: ANEEL)			
Hidráulica	%	Jan/2011	65,53
Biomassa	%	Jan/2011	6,42
Eólica	%	Jan/2011	0,75
Urânio	%	Jan/2011	1,63
Gás	%	Jan/2011	10,57
Carvão Mineral	%	Jan/2011	1,58
Petróleo	%	Jan/2011	5,71
Taxa de importação de energia elétrica (Fonte: ANEEL)	%	Jan/2011	7,8

	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	30.000	70.000
Despesas Correntes	--	--
Despesas de Capital	30.000	70.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	5.300.000	12.000.000
Outras Fontes	29.600.000	40.000.000
Valor Global	87.000.000	

	Valor de Referência para Individualização de Projetos como Iniciativas (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	30.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	1.000.000
Outras Fontes	1.000.000

Objetivo 0001 Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica, de forma a ofertar grande quantidade de energia elétrica a baixos preços

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia

Caracterização

A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil e isso advém, especialmente, da grande disponibilidade hídrica e das características dos rios do país, que resultam em um grande potencial energético. Em janeiro de 2011, a capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica era de 80.656 MW, representando 32,1% de um potencial total de 251.490 MW, de acordo com o Atlas de Energia do Brasil, 3ª edição. Esse potencial se distribui nas Regiões Hidrográficas Brasileiras da seguinte forma:

Região Hidrográfica	Potencial (MW)	Região Hidrográfica	Potencial (MW)
Amazonas	106.149	Atlântico Sul	5.437
Paraná	57.801	Atlântico Leste	4.087
Tocantins / Araguaia	28.035	Paraguai	3.102
São Francisco	17.757	Parnaíba	1.044
Atlântico Sudeste	14.728	Atlântico NE Ocidental	376
Uruguai	12.816	Atlântico NE Oriental	158

As usinas hidrelétricas (UHEs) disponibilizam grandes quantidades de energia a baixos preços, contribuindo para a modicidade tarifária, e ainda apresentam a vantagem de utilizar uma fonte limpa e renovável. Contudo, devido a seus impactos socioambientais locais, vários desafios cercam a construção de UHEs. Nesse sentido, os empreendimentos hidrelétricos devem zelar pela maximização de seus benefícios e pela minimização de seus impactos negativos.

Já as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) constituem fontes alternativas de energia que geram quantidades menores de energia, porém com impactos também reduzidos. Seu maior benefício está na estabilização da energia em pontas do sistema e, por isso, também devem ser incentivadas.

Meta 2012 - 2015	Adicionar 10.600MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)
-----------------------------	---

Regionalização da Meta

	Total
Norte	7.721 MW
Nordeste	1.346 MW
Centro-Oeste	485 MW
Sudeste	190 MW
Sul	858 MW

Iniciativas

Implantação de Usinas Hidrelétricas
Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas
Implantação de Centrais Geradoras Hidrelétricas
Implantação da Usina Hidrelétrica Colider
Implantação da Usina Hidrelétrica Estreito
Implantação da Usina Hidrelétrica Serra Quebrada
Implantação da Usina Hidrelétrica Jirau
Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio
Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Jari
Implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte
Implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu
Implantação da Usina Hidrelétrica Itaipiranga

Objetivo

0002 Expandir a utilização das fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio e diversificação da matriz elétrica brasileira

Órgão Responsável	32000 Ministério de Minas e Energia
--------------------------	-------------------------------------

Caracterização

No planejamento energético, a adoção do princípio do desenvolvimento sustentável traduz-se em diversos objetivos que visam o acesso à energia, o equilíbrio e a diversificação da matriz energética, levando em consideração a disponibilidade de matérias primas, fontes primárias renováveis e não renováveis, os impactos socioambientais e os aspectos econômicos associados ao aproveitamento dessas fontes.

O parque de geração de energia elétrica no Brasil é predominantemente hidráulico e as usinas termelétricas estão entre as alternativas de diversificação da matriz elétrica. As principais vantagens das térmicas são: o prazo menor de amortização dos investimentos, o custo de capital mais baixo e o menor risco para o setor privado. Do ponto de vista do Sistema Interligado Nacional (SIN), as termelétricas contribuem para o aumento da confiabilidade do sistema, compensando possíveis déficits hídricos.

Deve-se destacar entre as fontes minerais para a geração de energia elétrica o gás natural e o urânio, por serem menos poluentes que as tradicionais (carvão e derivados de petróleo).

Na região Sudeste está localizada a maior parte da capacidade instalada e o maior potencial de expansão das termelétricas a gás natural, em função da infraestrutura existente de distribuição de gás e das novas descobertas de reservas.

As usinas term nucleares também constituem uma boa alternativa para a geração de energia elétrica, uma vez que apresentam elevado fator de capacidade e avanços tecnológicos recentes, trazendo maior segurança aos reatores. Também se pode citar a evolução nas pesquisas referentes à destinação dos resíduos radioativos e a redução do custo de capital. Há também necessidade de desenvolvimento das atuais reservas de urânio e de ganho de escala em seu processo de enriquecimento. Merece destaque o papel que a energia nuclear pode ter em um cenário de longo prazo, quando o potencial hidráulico estiver completamente aproveitado.

Meta 2012 - 2015	Adicionar 1.400 MW e 2.100 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir das fontes nuclear e gás natural, respectivamente.
-----------------------------	--

Regionalização da Meta	Total
Nordeste	425 MW a partir da fonte gás natural
Sudeste	1.400 MW a partir da fonte nuclear 1.550 MW a partir da fonte gás natural
Sul	125 MW a partir da fonte gás natural

Iniciativas
Implantação de Usinas Termelétricas
Implantação da Usina Term nuclear Angra III

Objetivo	0003 Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica nas áreas com maior intensidade de ventos (classes de energia 3 e 4)
-----------------	--

Órgão Responsável	32000 Ministério de Minas e Energia
--------------------------	-------------------------------------

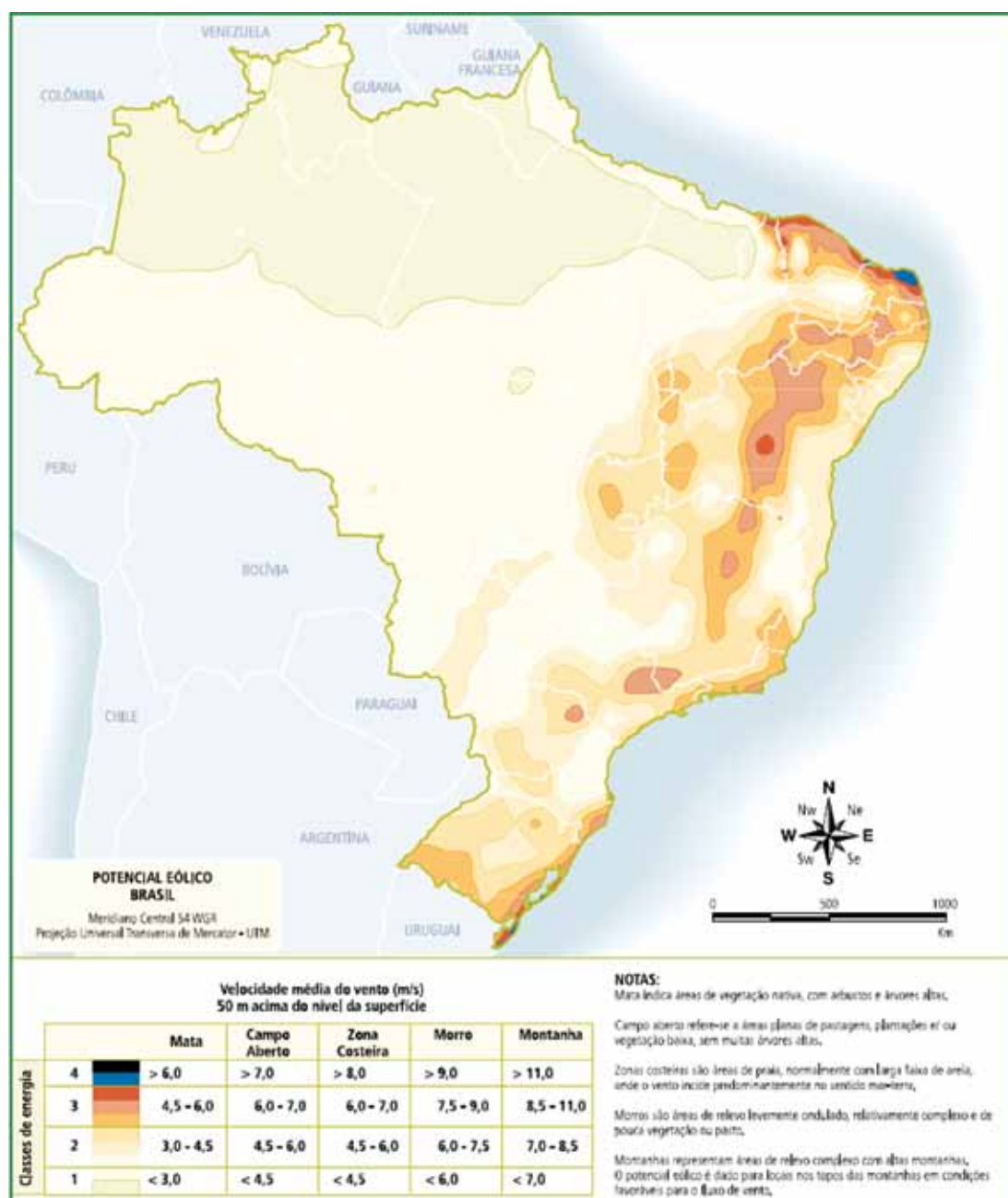
Caracterização

Para o desenvolvimento do país e a melhoria da qualidade de vida da população é fundamental a garantia da oferta da energia elétrica necessária ao atendimento da demanda presente e futura. A geração, a transmissão e a distribuição dessa energia elétrica devem zelar pela garantia da segurança do suprimento de energia, pela universalização do acesso, pela modicidade tarifária, pela baixa emissão dos gases de efeito estufa e pelo equilíbrio da matriz elétrica.

A geração de energia elétrica a partir da fonte eólica, além de limpa e renovável, é uma das alternativas de diversificação da matriz elétrica. O Brasil tem potencial estimado de 140GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica e, como pode ser verifica-

do nas figuras que seguem, merecem destaque os potenciais das regiões dos litorais Sul e Nordeste e do semi-árido (classes de energia 3 e 4).

Em 2011, as centrais geradoras eólicas somavam uma capacidade instalada de 1.436 MW, o que representava um aproveitamento de 1,02% do potencial nacional. Este fato, somado à atratividade e à competitividade dos preços da energia elétrica gerada a partir da fonte eólica entre as fontes alternativas apresentadas nos leilões de 2010, explicitam a grande oportunidade que a energia eólica representa para o Brasil.





Potencial eólico brasileiro

Fonte: ANEEL, 2005

Meta 2012 - 2015	Adicionar 3.000 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica.
-----------------------------	---

Regionalização da Meta	Total
Nordeste	2.700 MW
Sul	300 MW

Iniciativa

Implantação de Parques Eólicos

Objetivo	0004 Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da biomassa implantando, modernizando e conectando ao Sistema Interligado Nacional (SIN) usinas termelétricas
-----------------	---

Órgão Responsável	32000 Ministério de Minas e Energia
--------------------------	-------------------------------------

Caracterização

O Brasil se destaca como uma das referências no mercado mundial de produtos agrícolas em virtude de sua disponibilidade de terra arável, da possibilidade de múltiplos cultivos,

da intensa radiação solar recebida, do desenvolvimento tecnológico e de uma agroindústria consolidada.

Em relação à cana-de-açúcar, o país possui inúmeras vantagens naturais. A área colhida para o setor sucroalcooleiro na safra 2008 foi de 7,1 milhões de hectares, sendo cerca de 60% para a produção de etanol e o restante para a produção de açúcar.

No processamento industrial da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol, a principal biomassa residual é o bagaço, material constituído por fibras celulósicas moídas. Sendo uma das fontes renováveis com grande potencial energético, o bagaço é utilizado na geração de energia elétrica para consumo próprio das usinas do setor sucroalcooleiro, havendo também a possibilidade de venda do excedente de eletricidade para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

Entretanto, em relação ao volume total de bagaço produzido no Brasil, a quantidade de energia elétrica excedente comercializada a partir deste insumo ainda é pequena. Em virtude desse potencial não aproveitado e do interesse do governo em ampliar, diversificar e aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética nacional, o aumento da participação dessas usinas na geração tem sido estimulado, principalmente por meio dos leilões de energia.

É importante registrar que, além do bagaço, a cana-de-açúcar também gera biomassa composta por palha e pontas, que é quase integralmente descartada. Devido à prática de queima antes do corte e ao alto potencial poluidor desta prática, a atual legislação ambiental regulamentou prazos para seu fim, o que irá resultar em uma quantidade adicional de biomassa residual disponível no campo e com real possibilidade de ser parcialmente empregada como insumo energético.

Além do bagaço da cana, cabe citar outras fontes de biomassa que são promissoras para a geração de energia elétrica, como palha de arroz, capim elefante e penas.

Meta 2012 - 2015	Adicionar 1.300 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de biomassa.
-----------------------------	---

Regionalização da Meta	Total
Centro-Oeste	650 MW
Nordeste	40 MW
Sudeste	610 MW

Iniciativas

Implantação de Usinas Termelétricas a Biomassa

Modernização e Conexão de Usinas Termelétricas a Biomassa ao SIN

Objetivo

0005 Planejar o atendimento das demandas futuras por meio da realização de estudos de potencial e de viabilidade e de projetos de engenharia de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes hídrica, eólica, nuclear, biomassa, gás natural e novas fontes.

Órgão Responsável	32000 Ministério de Minas e Energia
--------------------------	-------------------------------------

Caracterização

O Estado Brasileiro exerce, na forma da lei, as funções de planejamento do setor energético, sendo determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Tendo em vista as características e prazos de implementação dos empreendimentos do setor elétrico, os planejamentos de médio e longo prazos são fundamentais para assegurar a expansão equilibrada da oferta energética, com sustentabilidade técnica, econômica e ambiental e para constituir uma base sólida de apoio ao crescimento econômico, dado que a expansão do investimento produtivo requer a oferta de energia com qualidade e confiabilidade.

O estudo dos potenciais de fontes primárias e a definição e projeto de empreendimentos de geração de energia elétrica são ações elementares à viabilização das usinas que produzirão a energia necessária ao atendimento da demanda nacional.

Também há o caso de fontes atualmente inexpressivas, porém com boas perspectivas futuras. Como exemplo, pode-se citar a energia solar, que ainda requer aumento da eficiência na geração, redução de custos para a sua implementação e regulamentação no que se refere à geração distribuída. Dessa forma, essas fontes têm sido implantadas em caráter experimental e piloto, em que os maiores objetivos são a aquisição de conhecimento técnico e operacional e experimentação de custos, receitas e procedimentos administrativos.

Meta 2012 - 2015	Inventariar o equivalente a 5.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica. Viabilizar e projetar 12.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica. Viabilizar e projetar 1.100 MW de capacidade de geração a partir de biomassa. Viabilizar e projetar 1.600 MW de capacidade de geração a partir da fonte eólica. Viabilizar e projetar 4 usinas termonucleares.
-----------------------------	---

Regionalização da Meta	Total
Região Hidrográfica Amazônica	Realização do Inventário de 9 rios Realização do Estudo de Viabilidade de 24 UHEs
Região Hidrográfica Paraná	Realização do Inventário de 1 rio Realização do Estudo de Viabilidade de 3 UHEs
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	Realização do Inventário de 2 rios Realização do Estudo de Viabilidade de 1 UHE
Nordeste	Realização do Estudo de Viabilidade de 4 Usinas Termonucleares Realização do Estudo de Viabilidade de 12 Parques Eólicos
Sul	Realização do Estudo de Viabilidade de 4 Parques Eólicos

Iniciativas
Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico
Realização de Leilões de Energia Elétrica
Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Novas Fontes
Regulamentação da Geração Distribuída

Objetivo

0006 Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN) a todas as capitais brasileiras e aos grandes empreendimentos de geração de energia elétrica

Órgão Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia

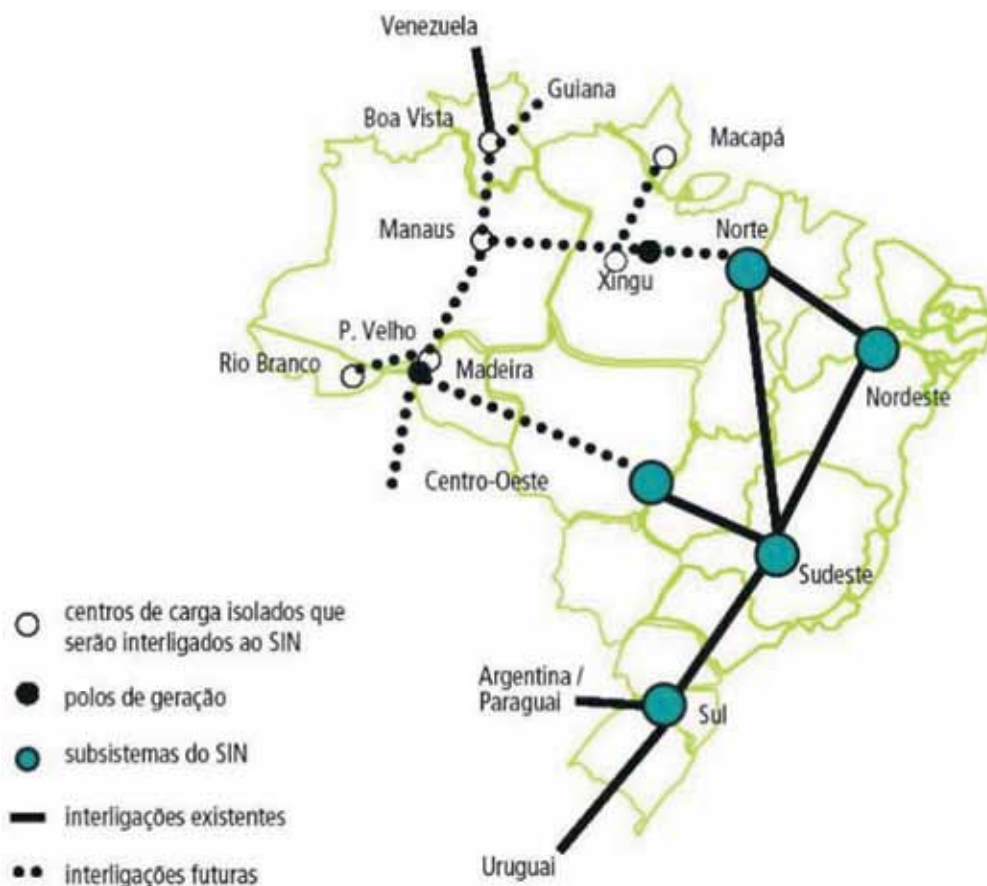
Caracterização

O Sistema Interligado Nacional (SIN) tem como principais funções:

- a transmissão da energia gerada pelas usinas para os grandes centros de carga;
- a integração entre os diversos elementos do sistema elétrico para garantir estabilidade e confiabilidade à rede;
- a interligação entre as bacias hidráulicas e regiões com características hidrológicas heterogêneas, de modo a otimizar o uso da água; e
- a integração energética com os países vizinhos como forma de otimizar os recursos e aumentar a confiabilidade do sistema.

A integração de sistemas ainda isolados e dos grandes empreendimentos de geração de energia ao Sistema Interligado Nacional se apresenta como questão estratégica e de soberania nacional, com destaque para os estados da região Norte, que são grandes consumidores de combustíveis minerais para a geração de energia elétrica, para os complexos geradores das bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós e para a Usina Hidrelétrica Belo Monte.

A figura que segue apresenta a projeção, em grandes linhas, das expansões do SIN.



Projeção do Sistema Interligado nacional

Fonte: MME, 2009

Meta 2012 - 2015	Conectar Boa Vista, Manaus, Macapá, as usinas das bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós, e a UHE Belo Monte ao SIN.
-----------------------------	--

Regionalização da Meta	Total
Norte	Conexão dos sistemas de Boa Vista, Manaus e Macapá ao SIN Conexão das usinas das bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós e da UHE Belo Monte ao SIN

Iniciativas

Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações
Implantação da Interligação Tapajós - SE
Implantação da Interligação Teles Pires - SE
Implantação da Interligação Madeira - Porto Velho - Araraquara (circuito 1)
Implantação da Interligação Madeira - Porto Velho - Araraquara (circuito 2)
Implantação da Interligação Tucuruí - Macapá - Manaus (Jurupari-Oriximiná e Jurupari-Macapá)
Implantação da Interligação Tucuruí - Macapá - Manaus (Oriximiná-Cariri (Manaus))
Implantação da Interligação Tucuruí - Macapá - Manaus (Tucuruí-Jurupari)
Implantação da Interligação Manaus - Boa Vista

Objetivo	0007 Reforçar as infraestruturas estratégicas componentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), adequando-as ao crescimento dos fluxos de energia
-----------------	--

Órgão Responsável	32000 Ministério de Minas e Energia
--------------------------	-------------------------------------

Caracterização

A confiabilidade do sistema elétrico é uma característica fundamental para o desenvolvimento do país. Além de um parque gerador diversificado, é necessário um sistema de transmissão e distribuição robusto, de forma a atender às demandas e a minimizar as interrupções de fornecimento nas unidades consumidoras.

A expansão da capacidade de transmissão deve ser feita a partir das projeções de carga elétrica e do plano referencial de geração, interligando centros de geração e de consumo de energia elétrica.

Entre os pontos de análise para o reforço do sistema de transmissão, são contemplados, dentre outros:

- a análise do desempenho dinâmico do sistema interligado e a determinação dos limites de intercâmbios nas interligações; e
- a avaliação dos níveis de curto-circuito nas subestações, de modo a caracterizar a superação dos limites dos equipamentos e sua influência na definição da topologia das alternativas de transmissão.

**Meta
2012 - 2015**

Adicionar/recapacitar 9.000 km de linhas de transmissão.
Adicionar 20.000 MVA de capacidade de transformação ao SIN.
Reduzir DEC e FEC para 14 h e 10 vezes/ano, respectivamente, até 2015.

O DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) indica o número de horas em média que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período, geralmente mensal.

O FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) indica quantas vezes, em média, houve interrupção na unidade consumidora (residência, comércio, indústria etc).

Regionalização da Meta	Total
Norte	630 Km, 600 MVA
Nordeste	3.240 Km, 9.400 MVA
Centro-Oeste	2.250 Km, 1.400 MVA
Sudeste	2.250 Km, 6.800 MVA
Sul	630 Km, 1.800 MVA

Iniciativas

Implantação de Linhas de Transmissão

Implantação de Subestações

Monitoramento da Qualidade dos Serviços de Energia Elétrica

Objetivo

0008 Universalizar e reduzir os passivos de acesso à energia elétrica

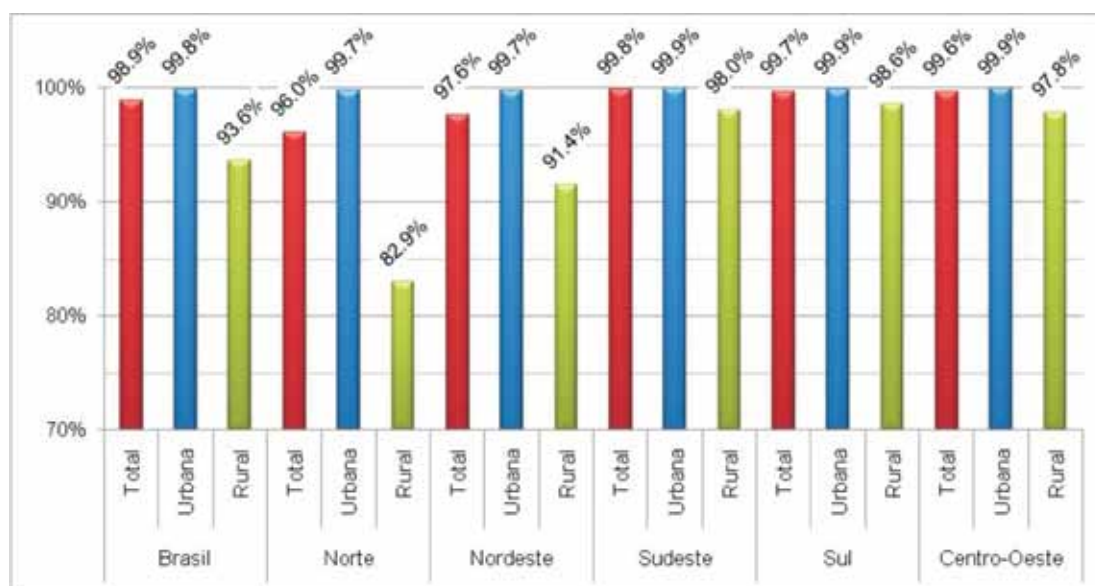
Órgão Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia

Caracterização

O acesso à energia elétrica promove a inclusão social e contribui para o dinamismo das comunidades atendidas.

Em 2009, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 98,91% dos domicílios brasileiros possuíam acesso à iluminação elétrica, sendo que o serviço chegava a 99,85% dos domicílios urbanos e a 93,57% dos domicílios rurais. O gráfico abaixo apresenta a distribuição regional do acesso domiciliar à iluminação elétrica. Fica clara a necessidade de se continuar avançando nas regiões Norte e Nordeste e nas áreas rurais, onde são encontradas as maiores dificuldades e os maiores custos para a disponibilização de energia elétrica.



Domicílios com acesso à iluminação elétrica

Fonte: PNAD-IBGE, 2011. Elaboração: SPI

Ampliar o atendimento de energia elétrica deve ser um esforço conjunto de governos e distribuidoras, especialmente nas áreas rurais mais isoladas. As ações de inclusão elétrica no campo geram emprego e movimentam a economia, além de atingir o seu objetivo mais nobre, o de propiciar melhores condições de vida e de produção aos agricultores.

Cabe salientar que a universalização é definida pela Resolução nº 223/2003 da ANEEL como o atendimento a todos os pedidos de fornecimento, inclusive aumento de carga, sem ônus para o solicitante, observados os prazos fixados nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e que, pela mesma resolução, o prazo limite para a universalização é 2015. Nesse sentido, a fiscalização das ações das Distribuidoras de energia elétrica deve ser fortalecida no período deste plano.

Meta 2012 - 2015	Atender 99,5% da população brasileira com fornecimento satisfatório de energia elétrica.
-----------------------------	--

Regionalização da Meta	Total
Norte	Atender 98,4% da população
Nordeste	Atender 99,1% da população
Centro-Oeste	Atender 99,8% da população
Sudeste	Atender 99,8% da população
Sul	Atender 99,8% da população

Iniciativas

Implantação de Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica

Ampliação do Acesso à Energia Elétrica na Área Rural (Luz para Todos)

Objetivo	0009 Aprimorar a qualidade dos serviços de energia elétrica à sociedade, por meio de conscientização, regulação e fiscalização
-----------------	--

Órgão Responsável	32000 Ministério de Minas e Energia
--------------------------	-------------------------------------

Caracterização

Os padrões de desenvolvimento urbano das últimas décadas conduziram elevados contingentes populacionais a habitarem precariamente regiões carentes de planejamento e atendimento de serviços públicos. Neste universo, as ligações clandestinas à rede elétrica são bastante representativas. Também se pôde observar na última década inúmeros incêndios em núcleos habitacionais deste gênero. Estes incêndios, além das perdas materiais à população residente, podem incorrer em óbitos e lesões físicas graves e causar prejuízos consideráveis a instalações comerciais, industriais e infraestrutura urbana circundante, resultando em alto custo social e econômico.

Por outro lado, tem-se também a diluição das perdas comerciais de energia na conta daqueles que possuem ligações regulares. Isto, aliado ao fato de inúmeras instalações (residenciais, comerciais e industriais) que teriam condições de pagar por sua energia se utilizarem de meios para anular ou burlar a medição de seus consumos, causa uma injustiça na distribuição dos custos de energia.

Desta forma, regularizar ligações representa dar segurança à população e cobrar de maneira justa a prestação do serviço, sem onerar os consumidores de baixa renda, os quais gozam de significativos descontos em suas tarifas.

Meta 2012 - 2015	Reduzir o índice médio brasileiro de perdas comerciais para 5%
-----------------------------	--

Regionalização da Meta	Total
Regiões Metropolitanas	Reduzir o índice de perdas comerciais para X%* *Valor de referência ainda não apurado.

Iniciativas

Realização de Campanhas Educativas
Regularização de Ligações de Energia Elétrica
Fiscalização das Ligações de Energia Elétrica
Regulação do Setor Elétrico

Objetivo	0010 Estimular a utilização de equipamentos eficientes que otimizem a transmissão, a distribuição e o consumo de energia elétrica em indústrias e residências
-----------------	---

Órgão Responsável	32000 Ministério de Minas e Energia
--------------------------	-------------------------------------

Caracterização

A evolução tecnológica revelou que o mesmo “serviço de energia” (iluminação, força motriz, aquecimento, condicionamento ambiental, equipamentos eletro-eletrônicos, etc.) poderia ser proporcionado com menor consumo de energia, repercutindo de forma econômica, ambiental, social e cultural. A utilização de equipamentos mais eficientes no consumo de energia elétrica, além de proporcionar redução de custo aos usuários, reduz a pressão sobre a expansão da geração, da transmissão e da distribuição de eletricidade.

Também se sabe que a transmissão e distribuição, devido a características físicas dos equipamentos utilizados (como resistência elétrica), são responsáveis por perdas de energia gerada. De acordo com a Secretaria de Energia Elétrica, o percentual médio brasileiro de perdas técnicas chega a 7,27%, referente ao 2º ciclo de Revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica (2007-2010).

Desta forma, a ampliação da eficiência nas etapas de transmissão, distribuição e uso pode reduzir a pressão da demanda por energia elétrica, determinando a construção de um menor número de empreendimentos de geração e contribuindo para a redução dos custos da energia, pois são excluídos os custos de amortização dos novos empreendimentos.

Para quem substitui equipamentos obsoletos por mais eficientes (indústrias, unidades de serviço, residências e permissionárias de transmissão e distribuição), existem os benefícios econômicos de sua utilização, mas também existe o custo inicial da troca de equipamentos, para os quais devem ser avaliados mecanismos de incentivo. Cabe ressaltar que as políticas de substituição de equipamentos de baixa eficiência devem se basear na retirada de circulação destes, caso contrário gerarão um efeito oposto ao esperado, ao inserirem um novo equipamento ao parque fabril ou residencial nacional ao mesmo tempo em que mantém em funcionamento o antigo.

Também se inclui neste Objetivo as campanhas de conscientização sobre o uso eficiente da energia elétrica e seus reflexos sobre a necessidade de construção de novos empreendimentos de geração e transmissão.

Meta 2012 - 2015	Reduzir índice de perdas técnicas na transmissão/distribuição para 6,8% até 2015. Conservar, em 2015, 13.000GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação. Substituir o equivalente a X MW* em potência de equipamentos domésticos. *Valor de referência ainda não apurado.
Regionalização da Meta	Total
Norte	Conservar, em 2015, XGWh do consumo de energia elétrica Substituir o equivalente a X MW em potência de equipamentos domésticos
Nordeste	Conservar, em 2015, XGWh do consumo de energia elétrica Substituir o equivalente a X MW em potência de equipamentos domésticos
Centro-Oeste	Conservar, em 2015, XGWh do consumo de energia elétrica Substituir o equivalente a X MW em potência de equipamentos domésticos
Sudeste	Conservar, em 2015, XGWh do consumo de energia elétrica Substituir o equivalente a X MW em potência de equipamentos domésticos

Sul	Conservar, em 2015, XGWh do consumo de energia elétrica Substituir o equivalente a X MW em potência de equipamentos domésticos
-----	---

Iniciativas

Conscientização sobre o Uso Eficiente de Energia Elétrica

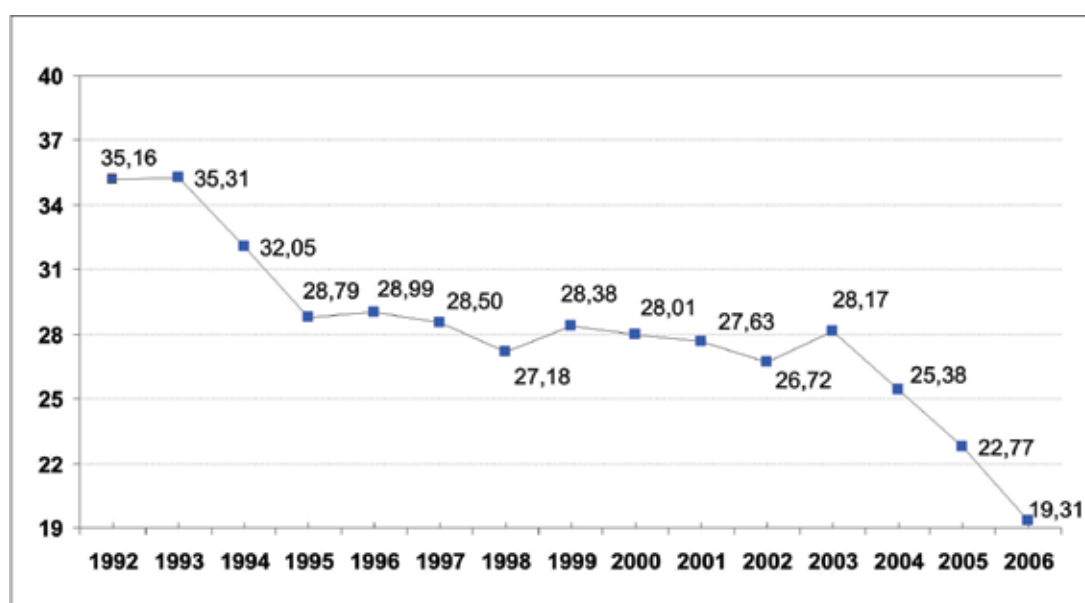
Substituição e Destinação de Equipamentos Obsoletos

Programa XXXX Agricultura Irrigada

Contextualização

As projeções divulgadas pelas Nações Unidas estimam que a população mundial, de atuais 6,78 bilhões, atinja 8,13 bilhões de pessoas em 2030 e, segundo estimativas do IBGE de 2008, a população brasileira, que hoje é de cerca de 190,73 milhões de pessoas, deve alcançar 216,41 milhões em 2030. Considerando esse crescimento populacional e a melhoria da renda de expressivas parcelas da população brasileira obtida ao longo das últimas décadas, como pode ser observado no gráfico a seguir, certamente haverá aumento na demanda de alimentos.

Gráfico 1 – Percentual da população brasileira em estado de miséria



Fonte: CPS/IBRE/FGV, CPS, 2007.

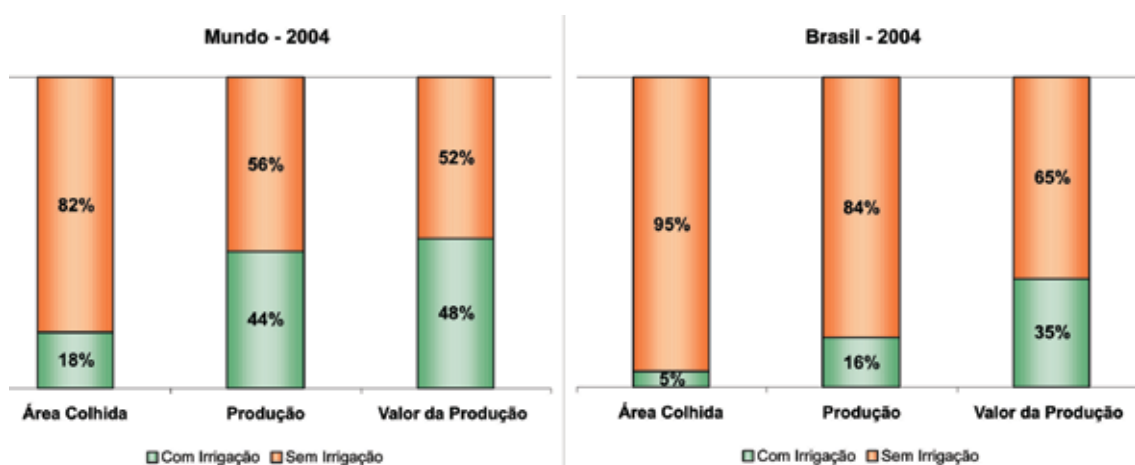
As alternativas para o aumento da oferta de alimentos são: a redução das perdas nos processos de produção, processamento e distribuição, que apresenta um potencial limitado de ganhos, a abertura de novas áreas destinadas ao plantio e à pecuária, em que também há limitação pelas questões ambientais e pela competição com outras atividades, e o aumento da produtividade das áreas ativas.

O aumento da produtividade implica uma maior produção por unidade de área, o que resulta em uma menor pressão para a expansão da área agrícola que seria necessária

para atender a crescente demanda de alimentos. O aumento da produtividade agrícola é potencializado pela associação das técnicas de irrigação e de drenagem, que permite o controle da água disponibilizada ao desenvolvimento das culturas. A irrigação é uma técnica que possibilita o fornecimento de água às plantações, no tempo e na quantidade necessária ao pleno desenvolvimento vegetativo, enquanto os sistemas de drenagem permitem o escoamento da água que excede a necessidade das plantas.

A comparação da agricultura irrigada no Brasil com o cenário internacional ilustra o enorme potencial de expansão da atividade no país. No cenário mundial 44% do total da produção de alimentos provém de apenas 18% da área irrigada, os demais 56% da produção são provenientes de métodos tradicionais de agricultura sem irrigação que ocupam 82% da área colhida. No Brasil, apenas 5% da área colhida é irrigada e que corresponde a 16% do total da produção de alimentos, como pode ser visualizado no gráfico 2.

Gráfico 2– Relação entre a agricultura irrigada e a produção de alimentos

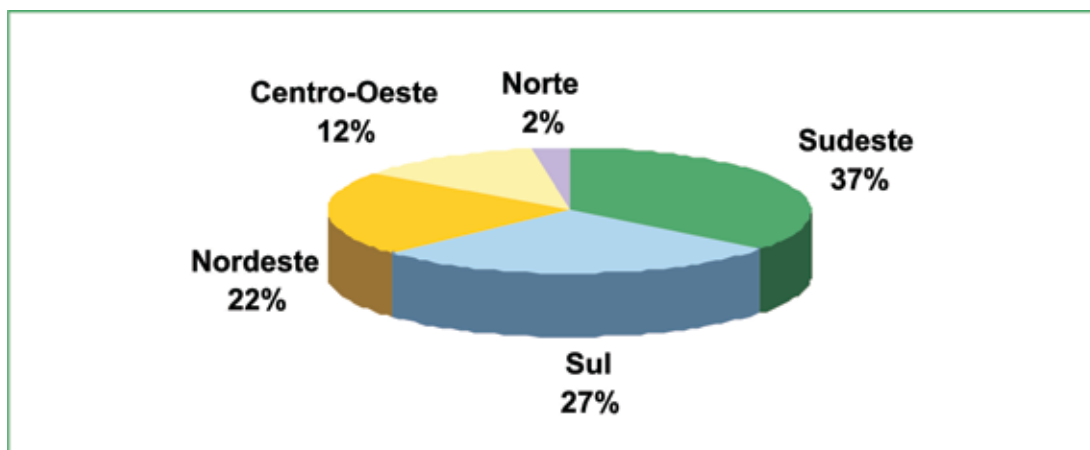


Fonte: FAO, 2009. ANA, 2006. ITEM, 2008. Elaboração SPI/MPOG.

Segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, ilustrados no gráfico 3, a região Sudeste concentra a maior parte das áreas irrigadas do país com 37% do total, seguida pelas regiões Sul com 27%, Nordeste com 22%, Centro-Oeste com 12% e Norte com 2%.

Apesar de necessitarem de detalhamento, estudos preliminares apontam que as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam os maiores potenciais de aplicação das técnicas de irrigação e drenagem.

Gráfico 3– Distribuição das Áreas Irrigadas no Brasil



Fonte: Censo Agropecuário 2006 – IBGE.

Para que o aproveitamento desse potencial se realize é premente que haja a modernização da Política Nacional de Irrigação com a promoção de incentivos fiscais, da facilitação do acesso ao crédito, da disseminação de pesquisa e tecnologia, e ampliação do período de tarifas diferenciadas de energia elétrica para a atividade. De forma semelhante, para que os investimentos alcancem a máxima eficácia é necessário que sejam orientados por um Plano Nacional de Irrigação e que haja uma estrutura institucional adequada à gestão da política.

Desse modo, o que se pretende é, por meio de uma série de iniciativas estruturais e não-estruturais, incentivar a ampliação da área irrigada em bases ambientalmente sustentáveis, contribuindo para o aumento da oferta de alimentos, para a competitividade da agricultura brasileira e para geração de emprego e renda.

INDICADORES Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação e drenagem (Fonte: ANA, IBGE)	%	2004	5,0
Área total equipada para uso da irrigação e drenagem (Fonte: ANA, IBGE)	ha	2006	4.453.925

	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	550.000	1.800.000
Despesas Correntes	45.000	145.000
Despesas de Capital	505.000	1.655.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	-	-
Outras Fontes	XXX	XXX
Valor Global	XXX	

	Valor de Referência para Individualização de Projetos como Iniciativas (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	20.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	-
Outras Fontes	100.000

Objetivo

0001 Reformular o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Plano Nacional de Irrigação e reestruturar institucionalmente a gestão da agricultura irrigada, inclusive por sua articulação com as Políticas Agrícola, de Agricultura Familiar, de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente.

Órgão Responsável

53000 Ministério da Integração Nacional

Caracterização

A Política Nacional de Irrigação vigente foi promulgada em 1979 e um de seus postulados básicos é a preeminência da função social na utilização dos solos irrigáveis. Ao longo do tempo esse postulado orientou os investimentos públicos em perímetros de irrigação. Contudo, os resultados obtidos mostram que a agricultura irrigada é uma atividade econômica que exige capacitação técnica e acesso ao crédito.

Desse modo, é necessário que alguns aspectos da Política Nacional de Irrigação sejam modernizados, como a promoção de incentivos fiscais, a facilitação do acesso ao crédito, a disseminação de pesquisa e tecnologia e a ampliação do período de tarifas diferenciadas de energia elétrica para a atividade. Além da modernização da Política Nacional de Irrigação, é igualmente relevante sua articulação com as Políticas Agrícola, de Agricultura Familiar, de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente e para isso propõe-se a criação do Comitê Interministerial de Agricultura.

Além da modernização da política, é fundamental para que os investimentos alcancem a máxima eficácia, que esses sejam orientados por um Plano Nacional de Irrigação. Para isso deve ser feito um diagnóstico das áreas aptas para agricultura irrigada, considerando as características dos solos, a disponibilidade de recursos hídricos, os biomas e as áreas protegidas.

O Plano deve conter ainda um levantamento da infraestrutura associada às áreas aptas para irrigação, em especial quanto à disponibilidade de energia elétrica, logística de transportes e mão-de-obra. A partir desse diagnóstico será possível indicar as regiões prioritárias para investimento, com a recomendação de culturas, sistemas de produção e métodos de irrigação e drenagem a serem empregados e os arranjos produtivos.

Não apenas a questão legal merece destaque, como também a reestruturação institucional dos órgãos e entidades responsáveis pela execução da política de irrigação, sendo dotados de recursos humanos e tecnológicos adequados ao desafio a ser enfrentado. Os primeiros passos nessa direção foram dados com a proposta de criação da Secretaria Nacional de Irrigação pelo Ministério da Integração Nacional. Faz-se necessário ainda realizar uma avaliação da gestão de suas unidades vinculadas, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

Ainda no tocante a questões institucionais, faz-se necessário a criação de um sistema de informações sobre o setor com a reativação, aprimoramento e difusão do Cadastro Nacional de Irrigantes e de um banco de dados sobre os perímetros públicos de irrigação.

Meta 2012 - 2015	Aprovação do novo marco legal da Política Nacional de Irrigação. Criação e funcionamento do Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada, e seu Grupo Executivo. Cadastramento de 95 % dos irrigantes do país. Inserir dados de todos os perímetros públicos de irrigação sob responsabilidade do Ministério da Integração no banco de dados. Elaboração do Plano Nacional de Irrigação.
-----------------------------	--

Regionalização da Meta	Total
Norte	Cadastramento de X % dos irrigantes
Nordeste	Cadastramento de X % dos irrigantes
Centro-Oeste	Cadastramento de X % dos irrigantes
Sudeste	Cadastramento de X % dos irrigantes
Sul	Cadastramento de X % dos irrigantes

Iniciativas

Aprovação do novo marco legal da Política Nacional de Irrigação.

Criação do Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada, e seu Grupo Executivo.

Reestruturação das instituições responsáveis pela execução da Política Nacional de Irrigação.

Aperfeiçoamento do sistema de informação governamental por meio da reativação, aprimoramento e difusão do cadastro nacional de irrigantes e criação de banco de dados sobre perímetros públicos de irrigação.

Elaboração do Plano Nacional de Irrigação.

Objetivo

0002 Atualizar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

Órgão Responsável

53000 Ministério da Integração Nacional

Caracterização

A carência de linhas de crédito adequadas aos prazos de maturação dos projetos da agricultura irrigada é uma das principais restrições ao desenvolvimento do setor. Da mesma forma, o seguro rural não é adaptado à agricultura irrigada, fazendo-se necessário o desenvolvimento de instrumentos específicos de seguro e crédito.

Nesse sentido é que devem ser feitos estudos para propor a revisão do manual de crédito aplicado à agricultura irrigada, visando à adequação das linhas de financiamento aos prazos de maturação dos projetos, à ampliação de culturas, aos equipamentos específicos e a modernização dos sistemas de irrigação. De forma semelhante é necessário avaliar a adaptação do seguro agrícola, contratável por associações de irrigantes, aos riscos da agricultura irrigada, que diferem dos riscos da agricultura tradicional.

Contudo, não é desejável que ocorra estímulo à expansão descontrolada da fronteira agrícola, devendo ser priorizado a aplicação das técnicas de irrigação e drenagem em áreas já destinadas à agricultura.

Faz-se ainda necessário facilitar o acesso dos produtores ao crédito e para isso há duas linhas de ação. A primeira é a capacitação de analistas de crédito, nas áreas de potencial expansão da agricultura irrigada, para avaliação de projetos de irrigação e para identificação das linhas de financiamento mais adequadas. Essa demanda foi identificada a partir da constatação de que apesar de haver linhas de crédito disponíveis, o acesso aos recursos é limitado pela atuação dos agentes financiadores.

A segunda linha de ação tem o objetivo de facilitar o acesso ao crédito das micro, pequenas e médias empresas por meio da aplicação do Cartão BNDES para Agricultura Irrigada, nos moldes do cartão já existente para o setores da indústria e comércio. O Cartão BNDES é uma linha de crédito rotativa e pré-aprovada, com taxas de juros atrativas, destinada à aquisição de itens necessários às atividades das micro, pequenas e médias empresas que tenham fabricação no país e que estejam cadastrados no Portal de Operações do cartão, por fornecedores devidamente credenciados.

Há que se destacar que para que esse compromisso se realize é fundamental a articulação do Ministério da Integração Nacional com os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Meta 2012 - 2015	Disponibilização de linhas de crédito específicas para a Agricultura Irrigada. Ampliação em X% do número de produtores segurados que utilizam técnicas de irrigação e drenagem de forma permanente. Capacitação de X analistas de crédito.
-----------------------------	--

Regionalização da Meta	Total
Norte	Capacitação de X analistas de crédito
Nordeste	Capacitação de X analistas de crédito
Centro-Oeste	Capacitação de X analistas de crédito
Sudeste	Capacitação de X analistas de crédito
Sul	Capacitação de X analistas de crédito

Iniciativas
Revisão do manual de crédito aplicado à agricultura irrigada adequando as linhas de financiamento aos prazos de maturação dos projetos, à ampliação de culturas, aos equipamentos específicos e modernização dos sistemas de irrigação.
Adequação do seguro agrícola, contratável por associações de irrigantes, aos riscos da agricultura irrigada, que diferem daqueles da tradicional (sequeiro).
Facilitação do acesso ao crédito das micro, pequenas e médias empresas por meio da aplicação do Cartão BNDES para Agricultura Irrigada, nos moldes do já existente para o setores da indústria e comércio.
Capacitação de analistas de crédito, nas áreas de potencial expansão da agricultura irrigada, para avaliação de projetos de irrigação e para identificação das linhas de financiamento mais adequadas.

Objetivo	0003 Promover Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para Agricultura Irrigada e difundir a tecnologia, por intermédio de uma rede formada pelas instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, para otimização do uso do solo e da água e aumento da produtividade.
-----------------	---

Órgão Responsável	22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
--------------------------	---

Caracterização

O acesso limitado ao conhecimento da aplicação das técnicas de irrigação e drenagem tem sido apontado em diversos fóruns e estudos como elemento relevante para os elevados custos de produção da agricultura irrigada. A baixa oferta de cursos direcionados às técnicas de irrigação, a inexistência de assistência técnica em alguns estados, ou sua oferta deficiente em outros, acabam contribuindo para a utilização ineficiente das técnicas e sistemas de irrigação.

A implementação de ações articuladas entre uma rede de instituições que promova a disseminação da pesquisa e tecnologia, especialmente para o pequeno produtor, pode contribuir diretamente para o desenvolvimento do setor. Nesse sentido, o que se pretende é instituir uma rede de pesquisa, desenvolvimento, inovação, difusão e capacitação para a agricultura irrigada. Essa rede será formada pela associação da Embrapa às organizações estaduais de pesquisa agropecuária, às instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa e às instituições estaduais de assistência técnica e extensão rural.

Por meio dessas instituições serão promovidos programas de difusão tecnológica e de formação de mão-de-obra para agricultura irrigada com capacitação técnica, administra-

tiva, ambiental e mercadológica. É necessário também promover ampla divulgação dos benefícios da irrigação, com destaque para os ganhos de produtividade e qualidade, em veículos e linguagem acessíveis ao produtor.

Uma parte fundamental da rede são as instituições estaduais de assistência técnica e extensão rural, pois são essas instituições que mantêm contato direto com os produtores e são responsáveis pela disseminação da aplicação e acompanhamento das técnicas de irrigação e drenagem. Dessa forma, para que as informações cheguem ao público-alvo é fundamental que seja promovido o fortalecimento institucional das organizações estaduais de assistência técnica e extensão rural.

Meta 2012 - 2015	Capacitação de 1.000 agricultores para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem.
Regionalização da Meta	Total
Norte	Capacitação de 100 agricultores para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem.
Nordeste	Capacitação de 400 agricultores para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem.
Centro-Oeste	Capacitação de 200 agricultores para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem.
Sudeste	Capacitação de 200 agricultores para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem.
Sul	Capacitação de 100 agricultores para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem.
Iniciativas	
Instituição de uma rede de pesquisa, desenvolvimento, inovação, difusão e capacitação para a agricultura irrigada pela associação da Embrapa às organizações estaduais de pesquisa agropecuária, às instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa e às instituições estaduais de assistência técnica e extensão rural.	
Promoção de programas de difusão tecnológica e ampla divulgação dos benefícios da irrigação, com destaque para ganhos de produtividade e qualidade, em veículos e linguagem acessíveis ao produtor.	
Promoção de programas de formação de mão-de-obra para agricultura irrigada com capacitação técnica, administrativa, ambiental e mercadológica.	
Promoção do fortalecimento institucional das instituições estaduais de assistência técnica e extensão rural.	
Objetivo	0004 Revitalizar as infraestruturas de uso comum e concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da operação dos perímetros públicos de irrigação existentes.
Órgão Responsável	53000 Ministério da Integração Nacional

Caracterização

O principal critério adotado na alocação dos investimentos públicos em infraestrutura tem sido a conclusão de obras já iniciadas. Nesse sentido, os investimentos em perímetros de irrigação iniciados no Projeto Piloto de Investimentos – PPI e no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC devem ser concluídos.

Outra frente de ação, não menos relevante, é a recuperação e substituição de equipamentos de barragens, estações de bombeamento, canais, condutos e redes de drenagem

de perímetros públicos que já estão em operação há muitos anos, mas ainda não alcançaram a autossuficiência financeira e cujas infraestruturas estão degradadas.

A revitalização e a conclusão das infraestruturas de uso comum são passos fundamentais para a transferência da gestão dos perímetros públicos e para que novas áreas sejam incorporadas à prática da irrigação.

Com relação às metas, cabe esclarecer que a concentração de perímetros públicos no Nordeste se deve principalmente a dois fatores. O primeiro é a determinação constitucional, disposta pelo artigo 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que 50% dos recursos destinados à irrigação serão aplicados na Região Nordeste no período entre 1988 até 2013.

Outro fator que contribuiu para essa concentração foi o postulado da Política Nacional de Irrigação vigente, Lei nº 6.662/1979, que define a preeminência da função social no uso dos solos irrigáveis, tendo sido feitos investimentos em perímetros públicos no Nordeste com fim de estimular a permanência do produtor no meio rural e gerar emprego e renda.

Meta 2012 - 2015	Revitalização e conclusão das infraestruturas que viabilizem a ampliação da área irrigada em 154.000 ha
-----------------------------------	---

Regionalização da Meta	Total
Norte	3.000
Nordeste	130.000
Centro-Oeste	6.000
Sudeste	8.300
Sul	6.700
Total	154.000

Iniciativas
Revitalização de perímetros de irrigação
Conclusão da implantação de perímetros de irrigação.

Objetivo	0005 Realizar a transferência de gestão dos perímetros economicamente viáveis às organizações de produtores e promover a incorporação dos demais às políticas de inserção produtiva e social voltadas à agricultura familiar.
Órgão Responsável	53000 Ministério da Integração Nacional

Caracterização

Os investimentos em programas nacionais de irrigação passaram a assumir relevância no final da década de 60 com o Programa Plurianual de Irrigação – PPI e com o

Programa de Integração Nacional – PIN de 1970. Outra fase de destaque teve início em 1986, com a instituição dos Programas de Irrigação do Nordeste – PROINE e do Nacional de Irrigação – PROINI, quando houve uma divisão de papéis mais clara entre as ações do governo federal, que passaram a se concentrar na execução de infraestruturas de uso comum, e do setor privado, que é o responsável pela consecução das atividades produtivas.

Desde então, tem sido feitos investimentos em mais de 90 perímetros públicos de irrigação, localizados principalmente na Região Nordeste, com características diversas de tamanho do perímetro, perfil dos produtores, ocupação dos lotes, condições do solo, disponibilidade hídrica, produção agrícola, infraestrutura de uso comum e infraestrutura associada para o fornecimento de energia e para escoamento da produção. Toda essa diversidade se reflete em diferentes capacidades de gestão da infraestrutura de uso comum dos perímetros, que em alguns casos têm perfil estritamente social e nos demais há capacidade produtiva e gerencial para autogestão dos projetos.

No entanto, como ainda não há um sistema de informações sobre os perímetros públicos de irrigação, é necessário realizar um diagnóstico dos sistemas de gestão, da situação fundiária e ambiental, e da capacidade produtiva desses projetos, assim como análise da viabilidade da implantação das etapas subsequentes e proposição de modelos de gestão adequados à realidade de cada perímetro. A partir do diagnóstico dos perímetros será possível identificar os projetos que apresentam perfil estritamente social, nos quais deve ser avaliada a incorporação às políticas e programas de inserção produtiva e social voltadas à agricultura familiar e de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As situações fundiária e ambiental dos perímetros afetam o funcionamento destes projetos e sua capacidade de autogestão, visto que a sustentabilidade financeira dos lotes fica comprometida, pois a falta de titulação e passivos ambientais impedem o acesso ao crédito por parte do irrigante. Dessa forma, além das regularizações fundiária e ambiental, é necessário buscar soluções para facilitação do acesso ao crédito dos pequenos produtores. Uma alternativa que já está sendo adotada é a criação de fundos de aval para agricultura irrigada, em que as instituições responsáveis pela implantação dos perímetros depositam os recursos destinados à infraestrutura parcelar num fundo com propósito específico de garantir o crédito financeiro para os pequenos produtores até consolidação da exploração agrícola.

Outra ação relevante direcionada aos agricultores familiares dos perímetros de irrigação é a incorporação desse público aos beneficiários da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, disposta pela Lei nº 12.188, de 11/01/2010. É necessário que haja uma articulação entre o Ministério da Integração Nacional, responsável pela implementação da política de irrigação, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela elaboração dos editais de chamada pública para contratação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural voltados para agricultura familiar.

Ainda com relação à articulação, há que se enfrentar um grande desafio de pactuação do Governo Federal com Estados e Municípios para que o fornecimento de serviços públicos de educação, saúde, saneamento, segurança e transporte sejam implantados nos perímetros públicos de irrigação onde esses serviços não têm sido fornecidos.

Meta Transferência da gestão de 6 perímetros públicos às organizações de produtores.
2012 - 2015

Regionalização da Meta	Total
Norte	Transferência da gestão de 1 perímetro público à organização de produtores (Tabuleiro de São Bernardo/MA).
Nordeste	Transferência da gestão de 4 perímetros públicos às organizações de produtores (Formoso/BA, Mirorós/BA, Salitre/BA e Nilo Coelho/PE).
Sudeste	Transferência da gestão de 1 perímetro público à organização de produtores (Gorutuba/MG).

Iniciativas

Elaboração de diagnóstico dos sistemas de gestão das infraestruturas de uso comum, da situação fundiária e ambiental, e da capacidade produtiva dos perímetros públicos de irrigação, assim como análise da viabilidade da implantação das etapas subsequentes e proposição de modelos de gestão adequados a cada perímetro.

Facilitação do acesso ao crédito dos pequenos produtores dos perímetros públicos por meio da criação de fundos de aval para agricultura irrigada.

Transferência de gestão de perímetros públicos de irrigação economicamente viáveis às organizações de produtores.

Transferência de gestão dos perímetros públicos de irrigação de caráter social aos órgãos gestores da Política de Agricultura Familiar.

Incorporação dos agricultores familiares dos perímetros públicos como beneficiários da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Lei nº 12.188, de 11/01/2010).

Pactuação com os respectivos entes federados do fornecimento de serviços públicos de educação, saúde, saneamento, segurança e transporte sejam implantados nos perímetros públicos de irrigação.

Regularização fundiária e ambiental dos perímetros públicos de irrigação com a transferência da titularidade dos lotes aos produtores

Objetivo 0006 Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Órgão Responsável 53000 Ministério da Integração Nacional

Caracterização

O Brasil apresenta um grande potencial de ampliação da agricultura irrigada e para seu completo aproveitamento é preciso avançar na modernização de vários aspectos da política, no planejamento dos investimentos e no fortalecimento institucional das organizações responsáveis pela execução da política.

Contudo, mesmo sem existir um plano de desenvolvimento da agricultura irrigada, é possível investir em áreas com associação de disponibilidade de água e solos férteis, fora

de áreas de proteção, e com agricultores interessados em aplicar as técnicas de irrigação e drenagem. Nessas áreas, o investimento em infraestrutura de uso comum deve ser o foco de atuação do poder público, devendo ser consideradas, quando viáveis, as parcerias público-privadas (PPP).

No entanto, para que esses investimentos alcancem a máxima eficácia e sejam sustentáveis é necessário que na concepção desses novos projetos sejam avaliados o perfil dos produtores, o local do perímetro, as condições de solo, a disponibilidade hídrica, a infraestrutura associada, a prestação de serviços sociais, o mercado consumidor dos produtos e a logística de escoamento.

Nesse sentido, na ocasião da composição da carteira da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC II, os Estados propuseram que novos perímetros integrassem a carteira. Desse modo, no PAC II foi priorizado o investimento em áreas em que o potencial da agricultura irrigada já é conhecido, como nas Regiões Sul e Nordeste. Todavia, caso o aprofundamento dos estudos confirme que as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam os maiores potenciais, que os investimentos se destinem prioritariamente a essas regiões.

Meta 2012 - 2015	Implantação de infraestrutura de uso comum que viabilize a ampliação da área irrigada em 200.000 ha.
-----------------------------	--

Regionalização da Meta	Total
Norte	16.000
Nordeste	25.000
Centro-Oeste	76.000
Sudeste	10.000
Sul	73.000
Total	200.000

Iniciativas

Implantação de Perímetros de Irrigação na Região Centro-Oeste
Implantação de Perímetros de Irrigação na Região Norte
Implantação de Perímetros de Irrigação na Região Sudeste
Implantação de Perímetros de Irrigação na Região Sul
Implantação de Perímetros de Irrigação na Região Nordeste
Implantação do Perímetro de Irrigação Barragem do Arroio Jaguari/RS (x ha)
Implantação do Perímetro e Irrigação Barragem do Arroio Taquarembó/RS (x ha)
Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro/MT (x ha)
Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio/SE (x ha)
Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo/PI (x ha)
Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão/RR (x ha)
Implantação do Perímetro de Irrigação Itamaraty II/MS (x ha)
Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Formoso/BA (x ha)

Programa XXXX Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Contextualização

A partir do início da década de noventa constituiu-se uma rede pública sob os princípios constitucionais de universalização, integralidade da atenção, descentralização e participação social. Essa rede, organizada sob critérios de regionalização e hierarquização dos níveis de atenção, é responsável por assegurar igualdade no direito de acesso de todos os cidadãos às ações e serviços de saúde, em todos os níveis de complexidade e em todo o território nacional.

Frente ao desafio de ampliar os serviços de saúde sem uma base sólida para o financiamento da prestação de serviços, uma das principais respostas em termos de políticas públicas para o tema foi o fortalecimento da atenção primária. De fato, tal caminho é o menos intensivo em custos ao mesmo tempo em que muitos estudos mostram que áreas com melhor atenção primária têm melhores resultados em saúde, incluindo as taxas de mortalidade geral, as de mortalidade por doença cardíaca e as de mortalidade infantil, além de melhor detecção precoce de cânceres tais como o cólon-retal, de mama, uterino/cervical e melanoma.

Mesmo reconhecendo a importância fundamental da atenção primária para a estruturação de um sistema de saúde universal e integral viável, o fato é que esse sistema não pode prescindir da atenção especializada de média e alta complexidade. A atenção especializada, por sua vez, geralmente exige mais recursos do que a atenção básica porque enfatiza a aplicação de recursos muitas vezes intensivos em tecnologia. Nesse sentido, coloca-se um duplo desafio para o sistema de saúde pública brasileiro: por um lado, a continuidade do esforço até agora bem sucedido de estruturação e expansão da atenção básica e, por outro, a continuidade da estruturação da rede de atenção especializada, muito mais onerosa. Mais do que isso, é possível dizer que o próprio sucesso observado na estruturação da atenção básica tende a potencializar os desafios na atenção de média e alta complexidade, uma vez que uma população que vive mais tende a ter um maior número de problemas de saúde, em especial nos últimos anos de vida, assim como o perfil epidemiológico tende a, progressivamente, aproximar-se do verificado em países desenvolvidos, onde a incidência de problemas de saúde de alto custo para o sistema público, como os diversos tipos de câncer e problemas cardiovasculares, tende a ser maior.

A tarefa que se coloca para a saúde pública no Brasil é seguir estruturando uma rede de atendimento hierarquizada capaz de otimizar a aplicação dos recursos disponíveis.

Alguns indicadores permitem que se faça uma breve análise da situação de saúde no país. Entre eles, a taxa de mortalidade infantil permite analisar as condições de vida e de saúde de uma população. Pode, também, contribuir para uma avaliação da disponibilidade e acesso aos serviços e recursos relacionados à saúde, como a atenção ao pré-natal e ao parto, a vacinação contra doenças infecciosas infantis, a disponibilidade de saneamento básico, entre outros. Consiste no número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Tabela 1 - Taxa de mortalidade infantil
Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos

Região	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	32,2	31,1	29,8	28,6	27,7	26,6	25,6	24,5	23,6	22,8	22,1
Nordeste	50,4	47,1	44,3	41,6	39,3	36,9	34,8	32,7	31,2	29,8	28,7
Sudeste	23,1	21,6	20,0	19,1	18,3	17,3	17,0	16,3	15,4	15,0	14,6
Sul	17,5	18,7	17,2	17,0	16,4	16,1	15,8	15,0	13,8	13,3	12,9
Centro-Oeste	24,4	23,3	21,9	20,9	20,6	19,3	18,7	18,5	17,7	17,1	16,5
Brasil	31,9	30,4	28,4	27,4	26,3	24,9	23,9	22,6	21,4	20,7	20,0

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Elaboração: SPI/MP

O Brasil vem experimentando um declínio acelerado nas taxas de mortalidade infantil, passando de 31,9‰ para 20,66‰, entre 1997 e 2006, o que corresponde a uma queda de 35% neste período. Entre os fatores que contribuíram para essa evolução, pode-se citar a melhoria do nível educacional, a ampliação da vacinação contra doenças infecciosas infantis e o acesso ao saneamento básico, e o incentivo ao aleitamento materno.

Ainda há espaço para a redução da taxa, aproximando-se dos padrões estabelecidos pela OMS, salientando-se o tratamento às diferenças regionais.

Outra informação importante que sugere melhoria das condições de vida e de saúde da população é o aumento da esperança de vida ao nascer, que consiste no número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Tabela 2 - Esperança de vida ao nascer
Anos de vida esperados, por sexo, segundo Região

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Norte	69,53	69,84	70,14	70,44	70,73	71,02	71,31	71,59	71,81
Nordeste	67,15	67,52	67,9	68,27	68,63	69	69,36	69,71	70,14
Sudeste	71,99	72,29	72,6	72,9	73,2	73,49	73,77	74,06	74,41
Sul	72,74	73,05	73,34	73,62	73,9	74,17	74,44	74,71	75,02
Centro-Oeste	71,75	72,06	72,34	72,63	72,91	73,19	73,46	73,73	73,98
Brasil	70,44	70,77	71,1	71,42	71,74	72,05	72,35	72,48	73

Fonte: IBGE/Projeções demográficas preliminares

A esperança de vida ao nascer vem aumentando em todas as regiões e em ambos os sexos. Os valores extremos correspondem às regiões Sul e Nordeste, porém esta última apresenta o maior número de anos de vida média ganhos desde o início do período. As mulheres têm expectativa de vida nitidamente mais elevada, devido à sobremortalidade masculina nas diversas idades.

Outro ponto que merece especial atenção é o fato de o Brasil estar passando por uma transição epidemiológica importante, com mudança no perfil de morbimortalidade da população. Atualmente, a principal causa de morte são as doenças cardiovasculares,

seguidas pelo câncer, em função da alteração no padrão alimentar brasileiro (excesso de gorduras e açúcares) e da aquisição de hábitos de vida prejudiciais à saúde (fumo e álcool, por exemplo). Mas as doenças infecto-contagiosas ainda têm peso relativamente importante - ainda que bem menor que no passado – na mortalidade proporcional por grupos de causas. Além disso, homicídios, acidentes de trânsito e acidentes de trabalho colocam uma carga adicional sobre o sistema de saúde.

Tabela 3 - Mortalidade proporcional por grupos de causas
Proporção (%) de óbitos por Região e Grupo de Causas

Período: 2007

Região	Doenças infecciosas e parasitárias	Neoplasias	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório	Afecções originadas no período perinatal	Causas externas	Demais causas definidas	Total
Norte	6,67	13,96	25,45	10,04	6,46	18,74	18,68	100
Nordeste	5,04	13,83	32,63	8,64	4,07	15,11	20,68	100
Sudeste	4,63	17,5	32,31	11,77	2,05	12	19,74	100
Sul	3,88	20,07	32,11	11,7	1,7	12,57	17,97	100
Centro-Oeste	5,18	15,3	30,29	10,34	3	17,21	18,68	100
Brasil	4,75	16,69	31,88	10,8	2,78	13,54	19,56	100

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

No ano analisado, as doenças do aparelho circulatório estavam em primeiro lugar em todas as regiões. As neoplasias estavam em segundo lugar, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. As doenças infecciosas e parasitárias e as afecções originadas no período perinatal têm menor participação em todas as regiões, indicando a mudança no quadro epidemiológico brasileiro.

INDICADORES Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de mortalidade infantil. Fonte: MS/SVS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC. MS/SVS – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.	%	2006	20,66
Esperança de vida ao nascer. Fonte: IBGE/ Projeções Demográficas Preliminares	anos	2008	73
Mortalidade proporcional por grupo de causas. Fonte: MS/SVS – Sistema de Informações sobre Mortalidade.			
Doenças infecciosas e parasitárias	%	2007	4,75
Neoplasias	%	2007	16,7
Doenças do aparelho circulatório	%	2007	31,9
Doenças do aparelho respiratório	%	2007	10,8
Afecções originadas no período neonatal	%	2007	2,8
Causas externas	%	2007	13,5
Demais causas definidas	%	2007	19,55

	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	XXX	XXX
Despesas Correntes	XXX	XXX
Despesas de Capital	XXX	XXX
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	XXX	XXX
Outras Fontes	XXX	XXX
Valor Global	XXX	

	Valor de Referência para Individualização de Projetos como Iniciativas (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	50.000
Outras Fontes	-

Objetivo

0001 Expandir e qualificar a Rede de Urgências e Emergências, induzindo a cobertura de vazios assistenciais, com o apoio à implantação e manutenção das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), das Salas de Estabilização (SE) e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Órgão Responsável

36000 Ministério da Saúde

Caracterização

Entre as diversas áreas da saúde, a Urgência requer especial atenção no âmbito do SUS. O desafio consiste na expansão da articulação com a atenção primária e estruturação de capacidade de atendimento.

Os serviços de urgência e emergência reúnem atividades de promoção à saúde, organização de redes assistenciais que envolvem a atenção básica e especializada, a atenção às urgências com a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, organização das Unidades de Pronto Atendimento e qualificação das portas de entrada de urgências nos hospitais. O enfrentamento dos desafios para a expansão e qualificação da rede de urgência e emergência deve considerar o perfil epidemiológico, a densidade populacional e a rede de referência e contrarreferência instalada.

O SAMU 192 ajuda a organizar o atendimento na rede pública, prestando socorro à população em casos de emergência. Realiza o atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas, contando com as Centrais de Regulação, profissionais e veículos de salvamento. O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas, que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

As Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h (cobertura de mais de 50.000 habitantes) e as Salas de Estabilização - SE (cobertura de até 50.000 habitantes) são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, onde, em conjunto com estas, compõem uma rede organizada de atenção

às urgências. São integrantes do componente pré-hospitalar fixo e devem ser implantadas em locais estratégicos para a configuração das redes de atenção à urgência, com acolhimento e classificação de risco em todas as unidades, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências.

As UPA funcionam 24 horas e realizam procedimentos como: a classificação de risco e garantia do atendimento ordenado de acordo com o grau de sofrimento do paciente ou a gravidade do caso; a realização do primeiro atendimento e estabilização dos pacientes graves para que possam ser transferidos a serviços de maior porte; e apoio diagnóstico e terapêutico. Esses procedimentos reduzem o número de pacientes às portas dos serviços de emergência dos hospitais. A estratégia de atendimento está diretamente relacionada ao trabalho do Serviço Móvel de Urgência – SAMU que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o paciente ao serviço de saúde adequado à situação.

A Atenção às Urgências deve fluir em todos os níveis do SUS, organizando a assistência desde as Unidades Básicas, Equipes de Saúde da Família até os cuidados pós-hospitalares na convalescença, recuperação e reabilitação. Sendo assim, os Planos Municipais ou Regionais de Atenção Integral às Urgências e Emergências, requisitos para a implantação do SAMU, e a proposta de implantação das UPA devem conter, entre outros itens, grades de referência e contrarreferência envolvendo todos os serviços do sistema, desde as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Estratégia de Saúde da Família até pronto socorros hospitalares e demais unidades, além da coordenação dos serviços de urgência e emergência (UPA e SAMU) na área de cobertura proposta.

O processo de habilitação, implantação e funcionamento da rede de urgência e emergência requer a participação dos três entes federados, sendo que a União é responsável pela liberação da maioria dos recursos de implantação das UPA e do SAMU, e de parte de seu custeio, que, por sua vez, é de responsabilidade compartilhada, de forma tripartite, entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Sendo assim, com o apoio à implantação e manutenção das UPA, das SE e do SAMU, haverá a indução da cobertura dos vazios assistenciais e qualificação da Rede de Urgências e Emergências, o que ratificará o compromisso de implementar a rede intermediária pré-hospitalar nos municípios, proporcionando a cobertura de toda a população.

Meta 2012 - 2015	100% dos municípios ou grupo de municípios com mais de 50.000 habitantes com população referenciada pelas Unidades de Pronto Atendimento. Municípios integrados à rede de atenção às urgências e emergências no território nacional (considerando Unidades de Pronto Atendimento e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).
-----------------------------	--

Regionalização da Meta	Total
Norte	Referenciamento da população pelas UPAs e SAMU
Nordeste	Referenciamento da população pelas UPAs e SAMU
Centro-Oeste	Referenciamento da população pelas UPAs e SAMU
Sudeste	Referenciamento da população pelas UPAs e SAMU
Sul	Referenciamento da população pelas UPAs e SAMU

Iniciativas
Expansão e oferta de serviços pela rede de urgência e emergência.

Objetivo	0002 Fortalecer a rede de atenção primária, induzindo a cobertura de vazios assistenciais, por meio da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e das Unidades Básicas de Saúde (UBS).
-----------------	--

Órgão Responsável	36000 Ministério da Saúde
--------------------------	---------------------------

Meta 2012 - 2015	Municípios com rede de atenção primária implantada.
-----------------------------	---

Regionalização da Meta	Total
Norte	Percentual de cobertura da Estratégia Saúde da Família e situação das Unidades Básicas
Nordeste	Percentual de cobertura da Estratégia Saúde da Família e situação das Unidades Básicas
Centro-Oeste	Percentual de cobertura da Estratégia Saúde da Família e situação das Unidades Básicas
Sudeste	Percentual de cobertura da Estratégia Saúde da Família e situação das Unidades Básicas
Sul	Percentual de cobertura da Estratégia Saúde da Família e situação das Unidades Básicas

Iniciativas

Qualificação e expansão da rede de atenção primária

Objetivo	0003 Organizar a atenção à gestante, ao parto e à criança até 2 anos de idade, com foco na mortalidade neonatal e materna nos municípios com maior registro de óbitos.
-----------------	--

Meta 2012 - 2015	Municípios integrados à rede cegonha, com ênfase nas regiões metropolitanas e nos municípios do Nordeste e Amazônia Legal.
-----------------------------	--

Regionalização da Meta	Total
Norte	Taxa de mortalidade materna, infantil e neonatal
Nordeste	Taxa de mortalidade materna, infantil e neonatal
Centro-Oeste	Taxa de mortalidade materna, infantil e neonatal
Sudeste	Taxa de mortalidade materna, infantil e neonatal
Sul	Taxa de mortalidade materna, infantil e neonatal

Iniciativas

Implantar a Rede Cegonha.

Objetivo	0004 Implantar, na rede de saúde pública, capacidade para realização de procedimentos de diagnose, terapia e monitoramento dos diversos tipos de neoplasias malignas, compatível com sua prevalência, e habilitar unidades especializadas em oncologia.
-----------------	---

Meta 2012 - 2015	Implantação de 50 centros para atendimentos em mastologia ou ginecologia Integração dos Municípios à Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer
-----------------------------	---

Regionalização da Meta	Total
Norte	Acesso a exames e a tratamento
Nordeste	Acesso a exames e a tratamento
Centro-Oeste	Acesso a exames e a tratamento
Sudeste	Acesso a exames e a tratamento
Sul	Acesso a exames e a tratamento

Iniciativas
Implantar rede de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer, com ênfase no câncer de mama e de colo do útero.
Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer

Objetivo	0005 Aumentar o número de farmácias da rede própria e credenciada do Programa Farmácia Popular do Brasil, reduzir os valores percentuais para complementação pelo paciente no sistema de copagamento e expandir a lista de medicamentos disponibilizados para o Programa.
-----------------	---

Objetivo	0006 Qualificar a rede de assistência farmacêutica e organizar os serviços de aquisição, distribuição e avaliação da utilização de medicamentos de compra centralizada e descentralizada.
-----------------	---

Objetivo	0007 Consolidar o Programa Brasil Sorridente, por meio da organização da rede de serviços à saúde bucal, com implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e a ampliação do número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) e de seu custeio.
-----------------	---

Objetivo	0008 Qualificar a rede de saúde pública para a realização de procedimentos diagnósticos, terapêuticos e de monitoramento relacionados às doenças e agravos não transmissíveis e promover a redução dos fatores de risco a eles associados.
-----------------	--

Objetivo	0009 Disponibilizar métodos de diagnóstico, tratamento completo tempestivo, insumos estratégicos, serviços básicos de saneamento e mecanismos de prevenção para o combate às doenças transmissíveis, em especial nas áreas de maior incidência e em grupos mais vulneráveis.
Objetivo	0010 Fortalecer a rede nacional de transplantes, por meio da estruturação de bancos de órgãos, partes e tecidos, capacitação de equipes para captação, distribuição e transplante, e expansão do número de hospitais habilitados para esses procedimentos, bem como da promoção de campanhas de incentivo à doação.
Objetivo	0011 Fortalecer os serviços de atenção especializada, com estruturação de unidades ambulatoriais e hospitalares para a prestação de serviços específicos, recomposição dos valores pagos para os procedimentos de média e alta complexidade e ampliação dos tetos financeiros dos entes federados, com foco nas desigualdades regionais.
Objetivo	0012 Desenvolver ações de vigilância sanitária que permitam prevenir e controlar os riscos à saúde da população oriundos da produção e do uso de bens e serviços.
Objetivo	0013 Qualificar a regulação e a fiscalização da assistência à saúde suplementar.



Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA